



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF  
Fl.

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

Recorrente : HOLCIM BRASIL S/A  
Recorrida : DRJ em Fortaleza - CE

MF-Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 06/03/08  
Rubrica

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25/02/08  
Maria Luíza Mar Novais  
Mat. Siap 91641

**PIS. DECADÊNCIA** - A decadência do direito da Fazenda constituir o crédito tributário relativo ao PIS dá-se, quando houver antecipação de pagamento, em cinco anos a contar da data de ocorrência do fato gerador. Precedentes da CSRF.

**VARIAÇÕES CÂMBIAIS. ADOÇÃO REGIME DE COMPETENCIA.** As variações cambiais ativas integram a base de cálculo da contribuição por expressa determinação legal, e se tributadas pelo regime de competência, por opção do contribuinte, devem ser reconhecidas por período de apuração, independentemente da efetiva liquidação das operações que as geraram.

**DESCONTOS INCONDICIONAIS E CORREÇÃO MONETÁRIA.** Os descontos incondicionais obtidos sobre os preços usuais do fornecedor não se revestem da natureza de receita. A correção monetária visa, apenas, manter o poder de compra da moeda ante sua desvalorização, não se revestindo da natureza de receita e, muito menos, de faturamento, pelo que sobre ela não incide PIS.

**INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL. CONTRATO DE CESSÃO.** Comprovada a indisponibilidade do "Bem Cedido" para fins de integralização de capital, correto o procedimento fiscal que conclui pela inexistência, para fins tributários, da transferência de titularidade do mesmo.

**MULTA DE OFÍCIO – CONFISCATORIEDADE.** A multa aplicada pelo fisco decorre de previsão legal eficaz, descabendo ao agente fiscal perquerir se o percentual escolhido pelo legislador é exacerbado ou não. Para que se afira a natureza confiscatória da multa é necessário que se adentre no mérito da constitucionalidade da mesma, competência esta que não têm os órgãos administrativos julgadores.

**SELIC.** É legítima a cobrança de juros de mora com base na taxa SELIC.

**Recurso parcialmente provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por HOLCIM BRASIL S/A.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, pelo voto de qualidade, em dar provimento parcial ao recurso, para declarar a decadência parcial nos termos do art. 150, parágrafo 4º do CTN e, também para excluir da base de cálculo os descontos obtidos e a conta correção monetária Vencidos os Conselheiros Rodrigo Bernardes de Carvalho, Leonardo Siade Manzan, Airton Adelar Hack e Flávio de Sá Munhoz quanto ao montante de tributação da variação cambial e os Conselheiros Nayra Bastos Manatta, Júlio César Alves Ramos e Henrique Pinheiro Torres quanto aos descontos obtidos e a conta correção monetária.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

2ª CC-MF  
Fl.  
\_\_\_\_\_


Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

Fez sustentação oral pela Recorrente, o Dr. Luiz Romano, e, pela Procuradoria da Fazenda Nacional, o Dr. Alexey Fabiani Vieira.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2007.

  
Henrique Pinheiro Torres  
Presidente

  
Jorge Freire  
Relator

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
  
Maria Luzimar Novais  
Mat. Sispac 91641



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

Recorrente : HOLCIM BRASIL S/A

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL	2º CC-MF Fl.
Brasília. 25 / 02 / 08	
Maria Luzimar Novais Mat. SIAPE 91641	

## RELATÓRIO

Por bem descrever os atos e fatos processuais, adoto o relatório da r. decisão, vazado nos seguintes termos:

*Holcim Brasil S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 60.869.336/0001-17, teve contra si lavrado auto de infração da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, fls. 681/695, para formalização e cobrança do crédito tributário nele estipulado no valor total de R\$ 16.540.487,87, inclusive encargos legais.*

*Os fatos e elementos que culminaram na apuração das infrações imputadas pela autoridade fiscal estão descritos nos Termos de Verificação anexados às fls. 652/658 e 671/677, dos quais, pelas minudências no relato, transcrevo:*

### TERMO DE VERIFICAÇÃO - PIS

PROCESSO 1999.61.00.014282-4

### OUTRAS RECEITAS

*A empresa Holcim Brasil S/A, interpôs junto ao Poder Judiciário de São Paulo - 19ª Vara Federal, Mandado de Segurança, Processo 1999.61.00.014282-4, com pedido de liminar, para efetuar o recolhimento do PIS - Contribuição para o Programa de Integração Social, nos termos da LC 07/70 e da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, nos termos da LC 70/91, apenas sobre o faturamento, ou seja, sobre a receita bruta das vendas de mercadorias, mercadorias e de serviços e de serviços de qualquer natureza, com a alíquota de 0,65% e 2% respectivamente, desconsiderando as alterações introduzidas pelo art. 2º, 3º, 8º e parágrafos, da Lei 9.718/98, que dispõe sobre a inclusão da totalidade das receitas na determinação da base de cálculo do PIS e COFINS.*

*A liminar foi deferida, sendo julgada procedente junto à 19ª Vara Federal em São Paulo, em 27/04/1999, assim como a sentença de 1ª Instância, concedeu a Segurança em 13/09/99.*

*Interposto recurso pela Fazenda Nacional, o Acórdão TRF 3ª RF, de 24/09/2003, publicado no DJU de 31/10/2003, ao apreciar os autos do processo, deu provimento à Apelação da União, reformando a Sentença de 1ª Instância na sua totalidade, julgando constitucional as alterações introduzidas pelos arts. 2º, 3º, 8º e parágrafos, da Lei 9.718/98.*

*Em face do Acórdão, reformando a sentença na sua totalidade, o contribuinte apresentou recurso, pendente de julgamento, entretanto, sem efeito suspensivo.*

### 1. Débitos informados em DCTF

*Do exame das DCTF, dos períodos de apuração fev/1999 a nov/2002, verificamos que o contribuinte apurou valores referentes a outras receitas, questionadas judicialmente, informando estes, junto as DCTF, na situação de débito com exigibilidade suspensa, MS 1999-61.00.014282-4.*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25/02/08  
Maria Luzimar Novais  
Mat. S/ape 91641

2º CC-MF  
Fl. -

*Intimado a demonstrar a base de cálculo que serviu para apuração da contribuição, apresentou os demonstrativos da base de cálculo e balancetes de verificação, onde constatamos diferenças, que serão exigidas neste auto de infração, conforme demonstrativo "PIS -Quadro Comparativo dos Valores Efetivos - DCTF - outras receitas - demonstrados pelo contribuinte - Períodos de Apuração fev/1999 a nov/2002", anexo ao presente Termo de Verificação.*

*Os valores informados, demonstrados pelo contribuinte, a título de outras receitas, exigibilidade suspensa, encontram-se nos balancetes de verificação e referem-se às seguintes contas de resultado:*

*De fev/1999 a jul/2001:*

Nº da Conta	Conta
906110	Descontos Financeiros
906020	Juros Recebidos Clientes
906030	Juros Diversos
906040	Juros Selic s/ Impostos
906050	Receita Financeira - Aplic. Renda Var.
906080	Receita Financeira - Aplic. Renda Fixa
907020	Correção Monetária
910040	Receitas de Aluguéis
910500	Outras Receitas
918120	Resultado de Swap (à partir de 04/2000 resul. credor)

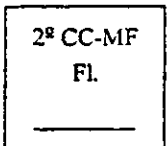
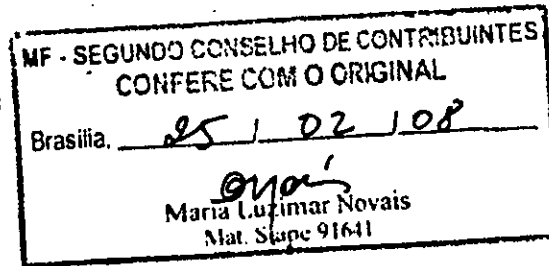
*De ago/2001 a nov/2002:*

Nº da Conta	Conta
45303000	Juros Ganhos de Terceiros
45303002	Juros Diversos
45303003	Juros sobre Impostos
45303005	Juros de Investimentos
45304000	Outras Receitas Financeiras
45304005	Receita Financeira - Aplic. Financeira
45304007	Descontos de Fornecedores
45401000	Ganho Realizado Disponível e Títulos
45401060	Ganho Realizado Contas a Receber
45403240	Correção Monetária - Outros Ativos
45403241	Varição Cambial Ativa
45503001	Aluguel de Imóvel
45601000	Receitas Extraordinárias
52499006	Receita de Aluguel
52499030	Receita por Direito
52499031	Receita de Aluguel
53504031	Resultado de Swap



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380



*Em prosseguimento ao exame das DCTF, dos períodos dez/2002 a mar/2003, quando o PIS passou a ser apurado na forma da MP 66/2002, posteriormente convertida na Lei 10.637/2003, constatamos que a empresa efetuou os pagamentos do PIS não cumulativo, incidente sobre as vendas, na forma da Lei, entretanto para os valores devidos a título de outras receitas, apurou a contribuição devida, à alíquota de 1,65%, informando estes valores na DCTF, na condição de exigibilidade suspensa, processo 1999.61.00.014282-4.*

*Ocorre que o processo judicial em questão, inclusive já sem efeito suspensivo, refere-se ao questionamento da Lei 9.718/98, enquanto o PIS devido nos períodos subsequentes a nov/2002, tem a base de cálculo e alíquota determinados pela MP 66/2002 e Lei 10.637/2002, não havendo amparo judicial, junto ao processo 1999.61.00.014282-4, às informações prestadas em DCTF, para quaisquer períodos posteriores a nov/2002.*

*Em 26/02/2003, o contribuinte ingressou no Poder Judiciário – 14ª Vara da Justiça Federal, com Mandado de Segurança, processo 2003.61.00.005954-9, com pedido de pagamento do PIS na forma da LC 7/70, ou seja, apenas sobre a receita das vendas, sem considerar os tributos destacados nas Notas Fiscais e as receitas financeiras, à alíquota de 0,65%.*

*Solicita, também a compensação dos valores pagos pelo aumento da base de cálculo e alíquota, na forma da MP 66/02 e Lei 10.637/02.*

*A Liminar, deferida parcialmente em 17/03/2003, cientificada na mesma data, não autorizou a compensação pleiteada. Determina de imediato, ou seja, a partir de 17/03/2003, que a autoridade impetrada se abstenha de exigir o recolhimento da contribuição ao PIS, na forma estabelecida pela MP 66/2002 e Lei 10.637/2002, autorizando a apuração na forma da Lei Complementar 7/70.*

*O processo permanece atualmente aguardando sentença de 1ª instância.*

*Do exposto, concluímos que os débitos de PIS, com exigibilidade suspensa, conforme Liminar parcialmente deferida junto ao processo 2003.61.00.005954-9, referem-se aos valores devidos a partir do período de apuração mar/2003, os demais débitos, dos períodos dez/2002 a fev/2003, foram indevidamente informados na condição de exigibilidade suspensa.*

*O PIS devido, referente aos períodos de apuração dez/2002 a fev/2003, não tem amparo judicial.*

*Os valores informados em DCTF, conforme "PIS - Quadro Comparativo dos Valores Efetivos – DCTF - outras receitas - demonstrados pelo contribuinte – sem amparo de Medida Judicial - Períodos de Apuração dez/2002 a fev/2003", passíveis de inscrição em Dívida Ativa da União, serão informados à Unidade de Controle, para as providências cabíveis, sendo que as diferenças constatadas serão exigidas neste auto de infração.*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
*onov*  
Maria Luíza Novais  
Mat. S/Ape 91641

2º CC-MF  
Fl.

*Ressaltamos que o contribuinte espontaneamente apresentou DCTF retificadoras para o ano-calendário de 2003, no transcurso da fiscalização, que demonstramos:*

Trimestre	Tipo	Data	N Declaração
1º trimestre 2003	Original	15/05/2003	0000.100.2003.61405772
1º trimestre 2003	Retificadora	28/06/2004	0000.100.2004.71781730
2º trimestre 2003	Original	14/08/2003	0000.100.2003.61488830
2º trimestre 2003	Retificadora	28/06/2004	0000.100.2004.91736166
3º trimestre 2003	Original	13/11/2003	0000.100.2003.51613114
3º trimestre 2003	Retificadora	20/07/2004	0000.100.2004.61815109
4º trimestre 2003	Original	10/02/2004	0000.100.2004.31787831
4º trimestre 2003	Retificadora	24/08/2004	0000.100.2004.31938394

*Considerando a impossibilidade da espontaneidade, na forma do art. 7º, parágrafo 2º do Decreto 70.235/72 e art. 844 do RIR/99, já que foram lavrados Termos em 18/05/2004 e 19/07/2004, nos valores junto ao demonstrativo "PIS - Quadro Comparativo dos Valores Efetivos - DCTF - outras receitas - demonstrados pelo contribuinte - sem amparo de Medida Judicial - Períodos de Apuração dez/2002 a fev/2003", consideramos na apuração das diferenças, os valores constantes na DCTF Original do 1º trimestre de 2003, que estão sendo exigidas neste Auto de Infração.*

*Concluída a fiscalização que trata este Mandado de Procedimento Fiscal, poderá o contribuinte apresentar nova DCTF retificadora, para o período em questão, fazendo constar para o período atuado - Jan/03, o valor constante da DCTF original, evitando exigências em duplicidade. Para os demais períodos, nos quais houve redução da contribuição, ratificar as informações das DCTF retificadoras, acima listadas.*

## **2. Variação Cambial Ativa das Obrigações e demais resultados financeiros**

*Além destes valores questionados judicialmente, constatamos da análise da documentação apresentada, que o contribuinte ao apurar os valores das receitas financeiras, na incidência da base de cálculo do PIS, deixou de informar a variação cambial ativa, dos passivos em moeda estrangeira, em cada período de apuração que houve desvalorização cambial.*

*Em prosseguimento, o interessado foi intimado a esclarecer quanto à forma de apuração de resultados das receitas/despesas financeiras, se regime de caixa ou competência, para os anos-calendário de 1999 a 2004.*

*Em atendimento, esclareceu quanto à forma de apuração, regime de competência, para os anos-calendário de 1999 a 2002 e regime de caixa, para apuração do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para os anos-calendário de 2003 e 2004, complementando a documentação referente aos empréstimos em moeda estrangeira e comprovando a efetividade quanto à forma de apuração.*

*Com base nestas informações, balancetes de verificação e demais elementos relativos a comprovação dos passivos financeiros, elaboramos os demonstrativos de "Variação Cambial Ativa dos empréstimos em moeda estrangeira - Empréstimo de US\$ 240.000.000,00, Empréstimo de US\$ 100.000.000,00, Empréstimo de US\$ 30.000.000,00,*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL		2º CC-MF FL.
Brasília, 25 / 02 / 08		
 Maria Luzimar Novais Mat. Sijap 91641		

*Empréstimo de US\$ 20.000.000,00 e Empréstimo de US\$ 16.500.000,00" e o demonstrativo - "Outras receitas - não informadas em DCTF -Base de cálculo do PIS e COFINS - Variação Cambial Ativa das Obrigações e demais resultados financeiros - Valores devidos", todos anexos ao presente Termo de Verificação.*

*Do exame destes demonstrativos e balancetes, constatamos irregularidades de valores em alguns lançamentos a título de variação cambial ativa e passiva dos empréstimos em moeda estrangeira, sanadas pela empresa em períodos subsequentes, dentro dos anos-base, junto às próprias contas, 919010 - Variação Cambial Emprest. Moeda Estrang-COMM, 919011 -Variação Cambial Emprest. Moeda Estrang, 919012 - Variação Cambial Emprest. Moeda Estrang.(períodos fev/1999 a jul/2001) e 53602090 - Perda Não Realizada Passivo a Longo Prazo, 53602091 - Perda Não Realizada Exig. Longo Prazo Exterior (a partir de ago/2001).*

*Constatamos ainda, que os valores informados nas contas, 919010, 919011 e 919012, refletem também os lançamentos de transferência para o ativo diferido do resultado líquido negativo do ajuste dos valores em reais de obrigações e créditos, em virtude da variação nas taxas de câmbio dos períodos relativos ao 1º trimestre de 1999 e realizações, na forma da Lei 9.816/99, até 30/07/2001, conforme demonstrativos apresentados pelo contribuinte, que resumimos:*

*Variação Cambial a diferir: R\$ 193.308.780,00*

*Amortização em nov/99: R\$ 45.076.295,00*

*Amortização em dez/99: R\$4.097.845,00*

*Saldo diferido em 31/12/1999: R\$ 144.134.640,00*

*Amortização em 2000 : R\$ 49.174.140,00 (R\$ 4.097.845,00/mês)*

*até julho de 2001 apurados nas próprias contas de variação cambial dos empréstimos, e a partir de ago/2001 junto à conta 53603032 - Variação Cambial Amort. Diferido.*

*Amortização em 2001 : R\$ 47.480.250,00 (R\$ 3.956.687,50/mês)*

*Amortização em 2002 : R\$ 47.480.250,00 (R\$ 3.956.687,50/mês)*

*O resultado líquido negativo do ano-calendário de 2001, diferido na forma da Lei 10.305/2001, foi registrado e amortizado junto à conta específica para estas informações 53603032 - Variação Cambial Amort. do Diferido.*

*Saldo diferido em 31/12/2001: R\$ 102.586.574,96*

*Amortização em 2001: R\$ 35.354.354,52*

*Amortização em 2002: R\$ 33.469.827,48*

*Efetuada as regularizações constatamos que os saldos de variação cambial ativa das obrigações em moeda estrangeira, são efetivamente os demonstrados por esta fiscalização e detalhados nos demonstrativos anexos.*

*Além destes resultados acrescidos à base de cálculo das contribuições, adicionamos os valores relativos às contas:*

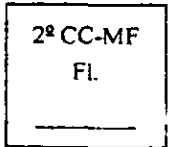
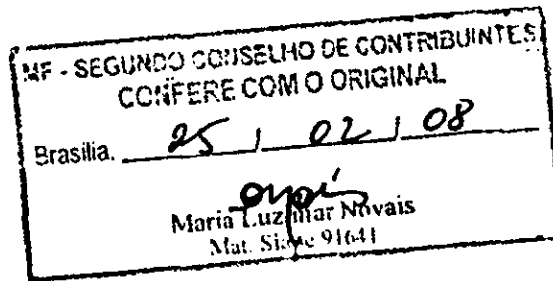
Nº da conta	Conta	Períodos
918120	Resultado de Swap	1999

*7*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380



919021	V. Cambial Outros	1999 a 2001
919020	V. Cambial das Importações	2000 a 2001
53601030	Perda Realizada - Outros Passivos Correntes	2001 a 2002
53602000	Perda Não Realizada-Outros Passivos Correntes	2001 a 2002
53603030	Variação Cambial Passiva	2001 a 2002

Ressaltamos que excluimos da Conta Variação Cambial passiva em dez/2001 o valor de R\$ 20.211.187,50, relativo à amortização do diferido do resultado líquido negativo de 2001, indevidamente informada junto à conta 53603030.

Os valores devidos ao PIS, conforme descrevemos no item 2 – Variação Cambial Ativa das Obrigações e demais resultados financeiros, resumido no demonstrativo “Outras receitas – não informadas em DCTF – Base de Cálculo do PIS e COFINS – Variação Cambial Ativa das Obrigações e demais resultados financeiros – Valores devidos”, serão exigidos neste auto de infração.

Não constatamos outras irregularidades na apuração do PIS, para os períodos em questão, exceto quanto a omissão de rendimentos do exterior, conforme Termo de Verificação específico, junto a este Auto de Infração.

O COFINS, também questionado no processo 1999.61.00.014282-4, será exigido em Auto de Infração à parte, assim como o PIS devido nos períodos subsequentes a fev/2003, questionado junto ao Mandado de Segurança 2003.61.00.005954-9.

Base de cálculo: Com base nas informações acima detalhadas, balancetes, DCTF e demais documentos apresentados, constatamos insuficiência na apuração da base de cálculo e pagamento do PIS incidentes sobre outras receitas, conforme demonstrativos anexos: “PIS - Quadro comparativo Valores Efetivos - DCTF - Valores demonstrados pelo contribuinte Outras Receitas - Períodos de Apuração fev/1999 a nov/2002” “PIS - Quadro Comparativo dos Valores Efetivos - DCTF – outras receitas - demonstrados pelo contribuinte – sem amparo de Medida Judicial - Períodos de Apuração dez/2002 a fev/2003” e “Outras receitas - não informadas em DCTF - Base de Cálculo do PIS - Variação Cambial Ativa das Obrigações e demais resultados financeiros - Valores devidos” anexos ao presente Termo de Verificação.

Os valores informados em DCTF, passíveis de inscrição em Dívida Ativa da União serão informados à Unidade de Controle, para as providências cabíveis.

Dispositivos infringidos: art. 2º, 3º e parágrafos, 9º da Lei 9.718/98; art. 1º e parágrafo 1º, art. 2º da Lei 10.637/2002 e MP 66/2002, Ato Declaratório SRF 073/99, art. 30 e parágrafos da MP 1858-10, de 1999 (atual 2158-35, de 2001).

#### TERMO DE VERIFICAÇÃO

##### RENDIMENTOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Conforme Certificado junto ao Banco Central do Brasil 141/25093 de 21/12/1989 e Contratos de Agenciamento, Custódia e Escritura de Fideicomisso - traduções Juramentadas JPS/2384 de 14/08/1989, a empresa Holcim Brasil S/A, anteriormente denominada Ciminas - Cimento Nacional de Minas S/A, celebrou em 25/07/1989, contrato de empréstimo em moeda estrangeira, junto ao Citibank NA - Londres, mediante lançamento público de Notas Colateralizadas no mercado internacional, a serem cotadas



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, <u>25</u> / <u>02</u> / <u>08</u> <i>Novais</i> Maria Luzimar Novais Mat. S/pe 91641
---

2º CC-MF  
Fl.

*em Bolsa de Valores, no valor de US\$ 100.000.000,00, com vencimento do principal em 16/08/2004.*

*Pelo contrato celebrado junto ao Citibank NA - Londres, a empresa emissora das Notas Colateralizadas, pagaria juros devidos aos títulos, à razão de 1,375% acima da taxa Libor, vencíveis semestralmente, seis meses civis após 25/07/1989, sobre o valor do principal.*

*Conforme declarações da empresa o objetivo do empréstimo, seria o pagamento de dívida a longo prazo, junto ao Internacional Finance Corporation - IFC, no valor de US\$ 70.388.468,62.*

*Nesta mesma data, 25/07/1989, conforme contrato firmado, a Holcim Brasil S/A, pagou ao Citibank NA - Londres o montante de US\$ 28.611.531,38, para aquisição de Obrigações do Tesouro Americano em forma de "Strips", que no vencimento, em 15/08/2004, teriam o valor de US\$ 100.000.000,00.*

*Os títulos do Tesouro Americano, foram creditados em conta de custódia em nome da Ciminas - Cimento Nacional de Minas S/A, com cláusula de pagamento a esta, conforme fossem recebidas as quantias referentes aos "strips".*

*Através de Escritura de Fideicomisso, celebrada com The Law Debenture Trust Corporation, todos os direitos dos Títulos do Tesouro Americano, mantidos em conta de custódia, foram cedidos ao fiduciário, como garantia ao pagamento de principal e prêmio das notas colateralizadas emitidas no exterior.*

*Ficou estabelecido que o produto da realização ou execução da garantia, "strips onerados", poderia ser aplicado para pagamento da quantia principal e prêmio das debêntures, cujo prazo de resgate também seriam em 15/08/2004 e o saldo, para pagamento do emissor dos títulos, Ciminas - Cimento Nacional de Minas S/A.*

*Do exposto, podemos concluir que parte dos recursos provenientes do empréstimo no valor US\$ 100.000.000,00 foram destinados à aplicação financeira dadas em garantia de empréstimo captado no exterior, no valor de US\$ 28.611.531,38.*

*Em prosseguimento, constatamos do exame da documentação apresentada em atendimento a Termo de Intimação, que a empresa Holcim Brasil S/A, antiga Ciminas - Cimento Nacional de Minas S/A, posteriormente denominada Ciminas S/A, em 20/09/1994, através de seus representantes legais, conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração - Registro JUCESP 143.410/94-5, aprovou a proposta de participação societária, na CIMINAS INVESTMENT LTD, empresa sediada nas Ilhas Cayman, British West Indies, sendo deliberado que a integralização no capital social da empresa seria feita mediante a transferência de propriedade dos Títulos do Tesouro Americano - "Zero Coupons Bonds", avaliados em US\$ 45.013.352,36, equivalentes na data a R\$ 38.441.402,92, os mesmos vinculados ao empréstimo junto ao Citibank NA-Londres.*

*A Ciminas Investment Ltd, constituída em 15/09/1994, com capital social de US\$ 50,00, conforme estatuto social, tinha como objeto conduzir negócios de empresa de investimento, operações financeiras, transacionar com bens reais e pessoais e direitos de todos os tipos e, em especial, hipotecas, debêntures, rendimentos e coisas sob litígio de todos os tipos e exceto quando proibida ou limitada pela lei das Sociedades. A empresa teria pleno poder e autoridade para conduzir qualquer objeto, (Traduções juramentadas 223 e 224 de 08/09/2003).*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
Maria Luzimyr Novais  
Mat. Siapv 91641

2º CC-MF  
Fl.  
\_\_\_\_\_

*Em 30/09/1994, conforme Contrato de Cessão e Notificação de Cessão, (Traduções Juramentadas 6044 e 6085 de 04/11/1994), a Ciminas S/A, cedeu à Ciminas Investment Ltd, todos os seus direitos de titularidade e interesse em todas as importâncias pagas em relação aos títulos, que na data tiveram um valor acumulado de US\$ 45.013.352,36, ressaltando que os interesses e os benefícios do The Law Debenture Trust Corporation - o Agente Fiduciário, permaneceriam não afetados pela cessão de direitos.*

*Para a integralização do capital, ficou decidido em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Ciminas Investment Ltd de 28/09/1994, Tradução Juramentada 221 de 08/09/2003, que era intenção de todos que os resultados dos Títulos do Tesouro Americano, seriam necessários ou utilizados para realizar os pagamentos devidos sobre as Notas Colateralizadas da Ciminas S/A, mantidas as garantias em favor do fiduciário.*

*Dentre as obrigações de não fazer, junto ao contrato de cessão, a cessionária Ciminas Investment Ltd, compromete-se a não vender, locar, transferir ou alienar a totalidade ou qualquer parte do bem cedido, assim como não pagar quaisquer dividendos oriundos ou relativos ao bem cedido, ou quaisquer quantias feitas ou recebidas a seus membros.*

*A partir desta data a empresa Ciminas S/A passou a ser subsidiária integral da Ciminas Investment Ltd, com a integralização do capital social de US\$ 45.013.352,36 e os resultados obtidos dos Títulos do Tesouro Americano passaram a ser reconhecidos junto à Ciminas Investment Ltd e avaliados pela subsidiária integral Ciminas S/A, atual Holcim Brasil S/A através da equivalência patrimonial.*

*Os balanços apresentados da Ciminas Investment Ltd, dos períodos encerrados em 31/12/1998 até 31/12/2002, (transcritos no Livro Diário, da Holcim Brasil S/A, a partir do ano-calendário de 2000) não registram quaisquer outras atividades desenvolvidas pela empresa.*

*Intimada a apresentar a documentação comprobatória da regularidade e autorização do Banco Central do Brasil, quanto ao capital subscrito junto à Ciminas Investment Ltd, pela Holcim Brasil S/A, no valor de US\$ 45.013.352,37, a empresa limitou-se a apresentar o contrato de câmbio de compra - Tipo 03 - Operação 65856 - Capitais Estrangeiros de Longo Prazo - Títulos Mobiliários Estrangeiros - Notes, Nr. 97/022627 de 19/08/97, parte das exigências, para a implementação do registro do investimento, conforme atesta a correspondência do Banco Central do Brasil de 30/06/1997.*

*Apresentou também, cópia de correspondência ao REFIR/Subdivisão do Acompanhamento e Controle da Delegacia Regional em São Paulo, do Banco Central do Brasil, esclarecendo os critérios para a "operação simultânea e simbólica de câmbio", na data da liquidação dos títulos, em 16/08/2004.*

*Reiterada a solicitação para comprovação da regularidade do registro junto ao Banco Central do Brasil, deixou de apresentar quaisquer esclarecimentos complementares.*

*Conforme Aditivo 03 (10/10/1997), ao Certificado de Registro do Banco Central do Brasil, 141/25093, de 21/12/1989, documentos anteriormente apresentados, o qual altera as condições de liquidação do principal devido ao Citibank NA - Londres, consta a título de condições de pagamento do empréstimo, em uma única parcela em 16/08/2004, o ingresso concomitante no país de US\$ 45.013.352,36, valor líquido de resgate de "Zero Coupon Bonds".*

*De todo o exposto, concluímos que a cessão de direitos, objeto de integralização de capital, teve como finalidade, apenas designar um representante legal no exterior, para*

10



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, 25 / 02 / 08 Maria Luzimar Novais Mat. Siap 91641
---

2º CC-MF  
Fl.

*gerir e administrar o ativo financeiro e eventualmente conduzir litígios, já que os resultados provenientes dos Títulos, mantidas as garantias em favor do fiduciário, deveriam ser utilizados para pagamentos devidos sobre as Notas Colateralizadas, junto ao Citibank NA.*

*Desta forma, a integralização de capital junto à empresa no exterior, ato jurídico eventualmente necessário para a gestão do Ativo Financeiro, não poderia se sobrepor à situação de fato, quanto à efetiva titularidade dos Títulos do Tesouro Americano. A documentação apresentada, evidencia o titular dos recursos em detrimento da apuração de resultados tributáveis, pela legislação do Imposto de Renda e Contribuições.*

*O ativo financeiro em questão, integralização junto a Ciminias Investment Ltd, com taxa de juros embutida de 8,4% aa, teve a receita financeira registrada até 1996 a valor de mercado, e a partir de 1997, de forma linear, apurando-se resultados idênticos nos períodos subseqüentes, conforme demonstramos:*

*31/12/1996 - US\$ 3.552.241,53*

*31/12/1997 - US\$ 4.515.642,40*

*31/12/1998 - US\$ 4.515.642,40*

*31/12/1999 - US\$ 4.515.642,40*

*31/12/2000 - US\$ 4.515.642,40*

*31/12/2001 - US\$ 4.515.642,40*

*31/12/2002 - US\$ 4.515.642,40*

*31/12/2003 - US\$ 4.515.642,40*

*Com base nestes valores e informações prestadas pelo contribuinte quanto à rentabilidade do Ativo Financeiro nos períodos anteriores, elaboramos o demonstrativo anexo ao presente Termo de Verificação, "Rendimentos e Variação Cambial de Ativo Financeiro no exterior", o qual demonstra os valores que deveriam ter sido tributados, em cada período de apuração.*

*Para a apuração dos saldos calculados, foram levados em conta os valores informados a título de Lucros Disponibilizados, adicionados à apuração do Lucro Real, os quais foram adicionados à conta do Ativo à Longo Prazo - 10705003, tendo a variação cambial destes valores sido reconhecidas junto à conta de variação cambial ativa:*

*31/08/1999 - US\$ 15.599.287,93 - R\$ 29.886.675,75*

*31/12/2000 - US\$ 6.023.523,20 - R\$ 11.778.397,27*

*Além destes rendimentos, foram mantidos à conta de Investimento - 10702009 - Disponibilização de Lucros - Ciminias Investment Ltd, os seguintes valores:*

*31/12/2001 - US\$ 4.517.642,40 - R\$ 10.482.737,42*

*31/12/2002 - US\$ 4.517.642,40 - R\$ 15.962.185,89*

*31/12/2003 - US\$ 4.517.642,40 - R\$ 13.052.372,42*

*Entretanto, estes rendimentos, assim como a variação cambial apurada pelos Títulos do Tesouro Americano, foram apenas parcialmente computados na apuração do Lucro Real, de alguns períodos-base, conforme demonstram a escrita contábil fiscal do contribuinte, Lalur, Declarações do IRPJ e demais documentos apresentados, apesar dos*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES		2º CC-MF Fl.
CONFERE COM O ORIGINAL		
Brasília, 25 / 02 / 08		
 Maria Lúcia Mar Novais Mat. Supte 91641		

valores referentes a juros incorridos e variação cambial do empréstimo de US\$ 100.000.000,00 terem sido integralmente reconhecidos a título de despesas financeiras, nos períodos em questão, junto às contas, 918063, 918064, 918065 e 53503001 - Juros de Empréstimos, 919010, 919011, 919012, 53602090 e 53602091 - Variação Cambial de Empréstimos em Moeda Estrangeira.

Os valores calculados pela empresa fiscalizada através da equivalência patrimonial e informados como lucros disponibilizados, referem-se aos rendimentos e variação cambial acarretada por estes e pelos Títulos do Tesouro Americano, a partir de 1996 e foram integralmente adicionados ao lucro líquido, do ano-calendário de 1999, a título de ajustes de anos anteriores, mas deixaram de ser adicionados à apuração da CSLL nos valores que excederam ao lucro disponibilizado em ago/1999.

Nos anos-calendário subseqüentes analogamente, foram adicionados ao lucro líquido e base de cálculo da CSLL os resultados dos períodos, porém com insuficiência de valores para o IRPJ no ano-calendário de 2001 e insuficiência de valores para a CSLL, nos anos-calendário de 1999, 2000 e 2001, conforme demonstrativo "Lucro Real Efetivo e Base de Cálculo da CSLL - resultantes de Ativo Financeiro no exterior"- Lucro adicionado - Total devido.

Não constatamos irregularidades nas adições ao Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL, nos períodos-base de 2002 e 2003, ressaltando que no período-base de 2003, face ao regime de caixa adotado pela empresa, somente os rendimentos auferidos foram oferecidos à tributação.

As declarações do IRPJ da Holcim Brasil S/A, regime de apuração Lucro Real Anual, demonstram o reconhecimento dos valores do ativo financeiro a título de lucros disponibilizados, adicionados ao lucro líquido, conforme demonstramos:

Data	V. adicionado ao Lucro Líquido	V. adicionado à Base de Cálculo da CSLL	Origem
31/12/1999	R\$ 88.262.400,37	0,00	Equivalência patrimonial da Ciminas Investment dos períodos encerrados em 31/12/1996 até 31/12/1999
31/12/2000	R\$ 14.219.991,05	R\$ 14.219.991,05	Equivalência Patrimonial da Ciminas Investment do período encerrado em 31/12/2000
31/12/2001	R\$ 10.482.737,42	R\$ 10.482.737,42	Equivalência patrimonial da Ciminas Investment do período encerrado em 31/12/2001
31/12/2002	R\$ 96.414.015,70	R\$ 96.414.015,70	Equivalência Patrimonial da Ciminas Investment do período encerrado em 31/12/2002
31/12/2003	R\$ 13.052.372,42	R\$ 13.052.372,42	Lucros no exterior (apuração - Regime de Caixa)



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
Maria Lúcia Mar Novais  
Mat. São 91641

2ª CC-MF  
Fl.

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

**IRPJ:**

As adições ao Lucro Líquido, junto às declarações do IRPJ, demonstram insuficiência de valores apurados na base de cálculo do IRPJ do ano-calendário de 2001 no montante de R\$ 22.561.562,50, relativo a apuração de prejuízo indevido - R\$ 21.309.438,66 e base tributável - R\$ 1.252.123,84.

**CSLL:**

Analogamente, na base de cálculo da CSLL do ano-calendário de 1999 no montante R\$ 63.084.198,26 (saldo acumulado da V. Cambial devida de 1996 a 1999 e rendimentos a partir de set/1999, no total de R\$ 2.694.020,75), acarretando insuficiência de valores, relativo à apuração de prejuízo indevido no montante de R\$ 63.084.198,26.

As divergências calculadas no ano-calendário de 2000 foram de R\$ 5.149.985,46, relativas a apuração de base de cálculo negativa da CSLL indevida - R\$ 1.319.034,51 e base tributável R\$ 3.830.950,95; no ano-calendário de 2001 no montante de R\$ 22.561.562,50, relativo a apuração de base de cálculo negativa da CSLL indevida - R\$ 20.167.694,05 e base tributável R\$ 2.393.868,45.

Ressaltamos que o saldo indevidamente adicionado na apuração do Lucro Real em 1999, foi considerado junto ao resultado informado no ano-calendário de 2000, no montante de R\$ 5.149.985,46.

Os valores acima resumidos, encontram-se detalhados no demonstrativo "Lucro Real Efetivo e Base de Cálculo da CSLL - resultantes de Ativo Financeiro no exterior" e "Rendimentos e Variação Cambial de Investimentos no Exterior", anexos ao presente Termo de Verificação.

**PIS e COFINS:**

Nas verificações junto à regularidade da apuração do PIS e COFINS, constatamos que nenhum valor relativo aos rendimentos do exterior e ou variação cambial do Ativo Financeiro, foram adicionados à base de cálculo das contribuições, nos períodos de 1999 a 2003.

Os rendimentos auferidos à partir de fev/1999 e as variações cambiais dos Títulos do Tesouro Americano, deveriam compor integralmente os resultados da empresa, relativos ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS até o ano-calendário de 2002 e o valor relativo aos rendimentos inseridos na base de cálculo do IR e Contribuições do ano-calendário de 2003, quando os resultados das variações cambiais dos direitos e obrigações passaram a serem apurados pelo regime de caixa, na forma do art. 30 da MP 1858-10, de 1999, atual 2158-35 de 2001.

Demonstramos a seguir, as bases tributáveis do PIS e COFINS, das irregularidades acima descritas:

Período	Rendimento	Variação cambial	Base tributável
31/12/1996	3.692.199,85	4.135.256,18	0,00
31/12/1997	5.043.495,98	5.033.085,02	0,00
31/12/1998	5.460.474,37	6.450.143,94	0,00
30/08/1999	5.770.234,05	0,00	5.770.234,05
31/12/1999	2.694.020,75	44.771.692,37	47.465.713,12
31/12/2000	8.833.797,95	10.536.178,56	19.369.976,51
31/12/2001	10.482.737,42	22.561.562,50	33.044.299,92



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, 25 / 02 / 08 Maria T. Uzelmar Novais Mat. Sign. 91641
---

2º CC-MF Fl. _____
--------------------------

31/12/2002	15.962.185,89	80.451.829,81	96.414.015,70
31/12/2003	13.052.372,42	0,00	13.052.372,42

*Os valores devidos ao PIS, dos períodos encerrados até dez/2002, serão exigidos neste Auto de Infração, sendo que o PIS incidente sobre receitas financeiras de dez/2003, questionado judicialmente, conforme Processo Judicial 2003.61.00.005954-9, será atuado à parte, com exigibilidade suspensa. Os valores decorrentes da irregularidade constatada, relativos ao IRPJ, CSLL e COFINS, também serão exigidos em Autos de Infração à parte.*

*Rendimentos de Investimentos no exterior:*

*Auto de Infração IRPJ – Ano-calendário de 2001*

*Processo Fiscal 19515.002016/2004-17*

*Auto de Infração CSLL – Anos-calendário de 1999 a 2001*

*Processo Fiscal 19515.002064/2004-13*

*Auto de Infração PIS - períodos ago/1999 a dez/2002*

*Processo Fiscal 19515.002017/2004-61*

*Auto de Infração PIS - período dez/2003 - com exigibilidade suspensa*

*Processo Fiscal 19515.002014/2004-28*

*Auto de Infração COFINS - períodos ago/1999 a dez/2003*

*Processo Fiscal 19515.002015/2004-72*

*Dispositivos infringidos: art. 249, inciso I, art.373, 375 e parágrafo único, art. 394 do RIR/99, aprovado pelo Decreto 3000/99; art. 193, 194, 197 e parágrafo único, 224, 320 e 323 do RIR/94; 2º, 3º, 9º e 17, II da Lei 9.718/98, Lei 9.249/95, art. 8º, art. 25, parágrafo 1º; IN 213/02; art. 19 da MP 1.858/99, art. 177 da Lei 6.404/76. Art. 1º da Lei Complementar 70/91; arts. 2º, 3º e 8º, da Lei 9.718/98, com as alterações da MP 1.807/99 e reedições; art. 2º, inciso II e parágrafo único, 3º, 10, 22 e 51 do Decreto 4.524/02; art. 1º e parágrafo 1º, art. 2º da Lei 10.637/2002 e MP 66/2002.*

*Inconformado com a exigência da qual tomou ciência em 05/10/2004 o contribuinte apresentou impugnação em 03/11/2004, fls. 697/736, fundamentando sua defesa nos argumentos abaixo elencados:*

*O auto de infração faz referência a dois Mandados de Segurança impetrados pela Requerente: o MS nº 1999.61.00.014282-4 e o MS nº 2003.61.00.005954-9. A presente impugnação trata de questões novas, que extrapolam a matéria discutida nos referidos Mandados de Segurança, e devem ser apreciadas pela autoridade julgadora.*

*O Mandado de Segurança nº 1999.61.00.014282-4, que encontra-se com Recurso Especial impetrado pela autuada junto ao STJ, questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98 relativamente ao alargamento da base de cálculo do PIS, tendo em vista a mudança no conceito de faturamento, e o aumento da alíquota da contribuição.*

*O Mandado de Segurança nº 2003.61.00.005954-9, por sua vez, pleiteia o direito de recolher o PIS devido nos períodos subsequentes a novembro de 2002, na forma da LC nº 7/70, ou seja, apenas sobre a receita das vendas, bem como a compensação dos valores*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL	2º CC-MF Fl.
Brasília, 25 / 02 / 08	
Maria Luzimar Novais Mat. SIAPE 91641	

*pagos pelo aumento da base de cálculo e alíquota, na forma da MP nº 66/02 e da lei em que foi convertida, Lei nº 10.637/02.*

*Os referidos Mandados de Segurança mostram os argumentos pelos quais o aumento da base de cálculo e da alíquota do PIS deve ser considerado inconstitucional. A presente impugnação tem um objeto muito mais amplo. Serão discutidas aqui algumas questões que não foram abordadas no referido Mandado de Segurança, tais como a impossibilidade de cobrança do PIS sobre resultados de equivalência patrimonial e também sobre valores que sequer constituem receitas, incluindo a variação cambial sobre contas que registram obrigações da requerente. Esses dois assuntos não têm qualquer relação com a discussão da constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, da MP 66/02 e da Lei 10.637/02. Na verdade, mesmo sob a ótica desses normativos, os resultados de equivalência patrimonial e a variação cambial sobre obrigações da requerente não integram a base de cálculo do PIS.*

*Parte da exigência formulada recai sobre valores já alcançados pela decadência. Na realidade, quaisquer débitos ou diferenças de PIS relativos a fatos geradores ocorridos antes de 05/10/1999 não podem mais ser cobrados, a teor do art. 150, § 4º, do CTN, e, conforme remansosa jurisprudência dos Conselhos de Contribuintes.*

*E não se venha alegar que o prazo decadencial aplicável ao PIS é de 10 anos. O próprio Conselho de Contribuintes afasta a aplicação do prazo de 10 anos previsto no art. 45 da Lei nº 8.212/91.*

*A requerente é devedora de empréstimos em moeda estrangeira, com os seguintes valores principais: US\$ 240.000.000,00, US\$ 100.000.000,00, US\$ 30.000.000,00, US\$ 20.000.000,00 e US\$ 16.500.000,00. Em alguns períodos, a requerente apurou um resultado líquido negativo de variação cambial, em relação às suas obrigações contratadas em moeda estrangeira, os quais eram apropriados nas seguintes contas:*

Conta	Descrição
919010	Varição Cambial Empréstimos Moeda Estrangeira – COMM
919011	Varição Cambial Empréstimos Moeda Estrangeira
919012	Varição Cambial Empréstimos Moeda Estrangeira (períodos fev/1999 a jul/2001)
53602090	Perda Não Realizada Passivo a Longo Prazo
53602091	Perda Não Realizada Exigível a Longo Prazo Exterior (à partir de ago/2001)

*Atendendo ao disposto na Lei nº 9.816, de 23.8.1999 e na Lei nº 10.305, de 7.11.2001, os resultados líquidos negativos decorrentes da variação cambial verificada no primeiro trimestre de 1999 e em 2001, foram transferidos para o ativo diferido e amortizadas, à razão de vinte e cinco por cento ao ano. A transferência de tais resultados para contas do ativo diferido teve como objetivo impedir que as empresas brasileiras fechassem o ano com patrimônio líquido negativo em razão da maxi-valorização do dólar.*

*A fiscalização entende que as variações cambiais ativas registradas nessas contas e apuradas mensalmente, deveriam ter sido submetidas à tributação pelo PIS. No seu entender, também deveriam ter sido acrescidos à base de cálculo do PIS, valores de variação cambial positiva verificada nas seguintes rubricas contábeis: Varição*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, 15 / 02 / 08 Marta L. Guimarães Novais Mtd. Sige 91641
--

2º CC-MF  
Fl.

*Cambial Outros, Variação Cambial das Importações, Perda Realizada – Outros Passivos Correntes, Perda Não Realizada – Outros Passivos Correntes, Variação Cambial Passiva.*

*Assim, a fiscalização considerou como tributável o resultado positivo mensal com variação cambial registrado em cada rubrica.*

*As receitas decorrentes de variação cambial ativa não devem ser incluídas na base de cálculo do PIS. Essas supostas "receitas" seriam reflexo de uma diminuição no valor das obrigações em moeda estrangeira contratadas pela requerente, tendo em vista as oscilações mensais no valor da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano.*

*Todas as dívidas em moeda estrangeira, por óbvio, estão sujeitas a oscilações em decorrência da variação do valor da moeda nacional frente ao dólar. Assim, nos meses em que a moeda nacional se valoriza frente ao dólar, há uma expectativa de que a recorrente tenha que efetuar um desembolso menor, na data em que optar por realizar o pagamento das obrigações, em comparação com o desembolso inicialmente previsto na data da contratação. Nos meses em que a moeda nacional se desvaloriza frente ao dólar, por sua vez, surge a expectativa de que a requerente desembolse valores superiores.*

*Essas expectativas se refletem em ajustes mensais nos valores das contas de passivo da empresa. Esses ajustes contábeis, no entanto, não implicam o auferimento de receita, pois não há ingresso de novos recursos nem acréscimo patrimonial.*

*As oscilações no valor da moeda nacional só poderiam, eventualmente, ser consideradas receitas, no momento em que fossem liquidadas as operações contratadas pela requerente, e somente se fosse verificada efetiva redução do montante a pagar. Até que ocorra a quitação dessas obrigações em moeda estrangeira, há mera expectativa de que a recorrente desembolse maior ou menor valor do que aquele inicialmente previsto.*

*Nesse sentido, é completamente descabida a tentativa da fiscalização de tributar lançamentos mensais de variação cambial. Como visto, as variações registradas mensalmente na contabilidade da requerente refletem meras expectativas de aumento ou diminuição no valor de suas obrigações em moeda estrangeira. Todavia, até a liquidação dessas operações, não é possível determinar se haverá efetiva redução do montante devido pela empresa. Ainda que houvesse efetiva redução do montante devido pela empresa, essa redução não deveria ser considerada uma receita.*

*Receitas são os valores que se acrescentam aos ativos da empresa. Também, do ponto de vista jurídico, a redução de uma despesa não configura receita. Portanto, ainda que a variação cambial implicasse efetiva redução nas obrigações da requerente, conforme apurado na data de sua liquidação, não haveria receita.*

*Admitindo-se, todavia, que tal redução configura receita (o que se admite para fins de argumentação), ela jamais poderia ser tributada antes do momento da liquidação. Mesmo porque, até a liquidação das operações, a receita não estaria configurada. Até a quitação, não se sabe se houve efetiva redução no valor da dívida. Por isso, não cabe falar em tributação. Qualquer entendimento em sentido contrário afronta o princípio da disponibilidade de renda, constante no art. 43 do CTN.*

*De acordo com o art. 30 da MP nº 2.158/2001 as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, poderão ser computadas na base de cálculo do PIS de acordo com o regime de caixa ou de competência, à opção do contribuinte.*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COMO ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
Maria Luzimar Novais  
Mat. N.º 91611

2º CC-MF  
Fl.

*A fiscalização alega que, durante o período de 1999 a 2002, a requerente escolheu o regime de competência, e que, por isso, estaria obrigada a reconhecer receitas mensais de variação cambial, independentemente da liquidação da operação. Esse entendimento está incorreto, pois se baseia na falsa premissa de que a mera oscilação da moeda gera receita para o contribuinte, e aplica de maneira equivocada o regime de competência.*

*Não se pode extrapolar a distinção entre regimes de caixa e de competência, regimes de apuração de resultados, para pretender aplicar o regime de competência a um não-resultado, uma mera expectativa de receita. No caso em tela, as reduções de dívida estão sujeitas a eventos futuros e incertos. Até a liquidação, não há que se falar em receita, uma vez que a requerente terá direito, seja econômica ou juridicamente, a absolutamente nada. Sobre o assunto transcreve excertos de decisões judiciais.*

*Como se vê, não há que se falar em receitas decorrentes de variação cambial sem que haja a liquidação da operação. Antes disso, existem meras expectativas de receitas, sobre as quais o contribuinte não tem direito à disponibilidade nem jurídica nem econômica.*

*No caso em questão, três dos empréstimos em moeda estrangeira contratados pela requerente têm data de vencimento posterior a julho de 2004. Assim, ainda que se admita que a variação cambial sobre o valor desses empréstimos configura receita, essa receita terá sido gerada quando do vencimento das obrigações.*

*Ocorre que, desde agosto de 2004, a variação cambial positiva não está mais sujeita à tributação pelo PIS. O Decreto nº 5.164/2004 reduziu a zero a alíquota do PIS sobre receitas financeiras.*

*Portanto, ainda que se admita que a variação cambial ativa é uma receita financeira, é forçoso reconhecer que essa receita foi auferida posteriormente a 30.07.2004, não estando mais sujeita a tributação pelo PIS.*

*A fiscalização pretende exigir a contribuição para o PIS sobre rendimentos produzidos por títulos do tesouro americano conhecidos como "zero coupon bonds", e a correspondente variação cambial, no período de 1999 a 2003. Ocorre que tais títulos não são de titularidade da requerente. Os "zero coupon bonds" integram o patrimônio da Ciminias Investment Ltd., sociedade controlada pela requerente. Neste sentido, a exigência recai sobre rendimentos que não foram auferidos pela requerente, mas sim por sua controladora estrangeira, que não está sujeita à tributação pelo PIS.*

*Para justificar a autuação, a fiscalização insinua que a requerente é a verdadeira proprietária dos "zero coupon bonds", e não a Ciminias Investment Ltd., desconsiderando a personalidade jurídica desta última. Essa "manobra" da fiscalização tem como verdadeiro objetivo tributar resultados de equivalência patrimonial registrados pela requerente no período de 1999 a 2003.*

*Ao mencionar a base legal da autuação o autuante relaciona a Instrução Normativa nº 213, de 07.10.2002, norma que pretendeu instituir tributação sobre resultados de equivalência patrimonial, relativamente ao IRPJ e à CSLL. O Termo de Verificação ora questionado é cópia dos autos de infração lavrados contra a requerente para cobrança de IRPJ e CSLL sobre resultados de equivalência patrimonial.*

*É exatamente esse fato que demonstra a incongruência da fiscalização: para fins de cobrança do IRPJ e CSLL, o autuante menciona claramente que está exigindo resultados de equivalência patrimonial, mas para fins de cobrança da Cofins e do PIS argumenta que os mesmos valores são rendimentos produzidos por ativos diretamente detidos pela*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília. <u>25 / 02 / 08</u>
 Maria Luzimar Novais Mat. Siope: 91641

2ª CC-MF Fl. _____
--------------------------

*requerente no exterior. Essa mudança de "discurso" tem um motivo: a Lei nº 9.718/98 veda, expressamente, a tributação dos resultados de equivalência patrimonial. Portanto, para justificar a tributação pelo PIS e pela Cofins, a fiscalização teve que alegar que os "zero coupon bonds" eram títulos de propriedade direta da requerente, desconsiderando a figura da sociedade controlada no exterior.*

*Em meados de 1989, a requerente captou recursos no exterior em valor equivalente a US\$ 100.000.000,00. Essa captação foi feita através de um lançamento público de notas colateralizadas conhecidas como "collateralised floating rate notes". As notas tinham prazo de vencimento de 15 anos, e obrigavam a requerente ao pagamento de juros semestrais calculados à taxa Libor mas 1,375%. A captação foi realizada em conformidade com a legislação em vigor, e estava regulada por um conjunto de contratos firmados com o Citibank NA - Londres.*

*Parte dos recursos captados com o lançamento das "collateralised floating rates notes" foram utilizados pela requerente para a aquisição de "zero coupon bonds", no valor de US\$ 29.611.531,38. Tais títulos também tinham prazo de vencimento de 15 anos, rendendo juros da ordem de 8,4% aa. Assim, no final do prazo de vencimento, os "zero coupon bonds" valeriam os mesmos US\$ 100.000.000,00 captados no exterior.*

*Os "zero coupon bonds" foram depositados no exterior em uma conta de custódia junto ao The Law Debenture Trust Corporation, onde deveriam ser mantidos como garantia do pagamento do principal e dos juros das "collateralised floating rate notes". Muito embora estivessem sob a custódia do The Law Debenture Trust Corporation, e estivessem vinculados às obrigações das "collateralised floating rate notes", os "zero coupon bonds" continuavam a ser de titularidade da requerente.*

*Tal situação perdurou até 1994, quando a requerente decidiu constituir uma sociedade no exterior, a Ciminas Investment Ltd., cedendo os "zero coupon bonds" em aumento de capital dessa sociedade. Assim, a partir de 30/09/1994, os "zero coupon bonds" passaram a integrar o patrimônio da empresa estrangeira.*

*A referida operação foi realizada em consonância com a legislação em vigor, e sem prejuízo das obrigações anteriormente assumidas pela requerente junto à entidade custodiante dos "zero coupon bonds" e os beneficiários das notas colateralizadas. A cessão dos "zero coupon bonds" foi formalizada através de contrato específico no qual estava expresso que os títulos continuariam garantindo a dívida das notas colateralizadas. Eram parte desse contrato a requerente, a Ciminas Investment Ltd. e a sociedade custodiante dos "zero coupon bonds". O Citibank NA - Londres, como responsável pela emissão das notas colateralizadas, anuiu com a transferência.*

*Todas essas medidas demonstram que a transferência dos "zero coupon bonds" foi verdadeira, tendo sido efetuada de acordo com as exigências legais, não havendo prejuízo a nenhuma das partes envolvidas na operação.*

*A cessão dos "zero coupon bonds" foi formalizada junto ao Banco Central do Brasil, que emitiu certificado de registro evidenciando o aumento de capital da Ciminas Investment Ltd., e o aumento do valor do investimento devido pela requerente na sociedade estrangeira.*

*Assim, em 30.09.1994, a requerente deixou de deter diretamente um ativo financeiro no exterior, passando a deter participações societárias de uma sociedade domiciliada no exterior.*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
Maria Luzimar Novais  
Mat. S/pe 91641

2º CC-MF  
Fl.  
\_\_\_\_\_

*Conforme previsto nas Leis nº 9.718/1998 e 10.833/2003, a requerente não ofereceu à tributação os resultados positivos de equivalência patrimonial relativos ao investimento na Ciminias Investment Ltd. Tais valores não foram adicionados à base de cálculo da Cofins. Ciente da impossibilidade de tributar os resultados positivos de equivalência patrimonial, o autuante procurou criar argumentos para justificar a autuação. Assim, alegou que a cessão dos "zero coupons bonds" em aumento de capital da Ciminias Investment Ltd. não foi uma operação verdadeira, e que os títulos deveriam ser considerados como de titularidade direta da requerente. Tal condição seria evidenciada pelo fato de os "zero coupon bonds" continuarem depositados em conta de custódia, garantindo uma obrigação da requerente.*

*Na prática, a fiscalização ignorou o investimento realizado na Ciminias Investment Ltd. para alegar que os "zero coupons bonds" continuam sendo um ativo financeiro da requerente, devendo ter a totalidade de seus rendimentos e a variação cambial oferecidos à tributação pelo PIS.*

*Todavia, não pode o fisco desconsiderar um negócio jurídico lícito, válido, perfeito e acabado, realizado pela requerente. A cessão dos "zero coupons bonds" é lícita, e foi realizada antes mesmo do surgimento da Lei 9.718/1998. A cessão dos títulos observou todas as formalidades exigidas pela legislação: as partes assinaram um contrato válido, e todos os interessados na questão foram comunicados da cessão dos "zero coupons bonds". As partes tinham conhecimento de que os "zero coupons bonds" continuariam garantindo a dívida da requerente, e concordaram em manter essa vinculação. O fato de os "zero coupons bonds" estarem vinculados a uma dívida da requerente não impedia que os mesmos fossem utilizados para integralização de capital da controlada estrangeira.*

*A cessão dos "zero coupons bonds" foi regulada em um contrato de objeto lícito, perfeito e acabado, firmado entre a requerente, a Ciminias Investment Ltd. e o The Law Debenture Trust Corporation. O contrato deixa claro que os "zero coupons bonds" foram transferidos à Ciminias Investment Ltd., na forma de aumento de capital, passando a integrar o patrimônio dessa sociedade. O fato de os "zero coupons bonds" permanecerem depositados em conta de custódia, para garantia dos pagamentos associados às notas colateralizadas emitidas pela requerente não compromete a validade dessa transferência.*

*A Ciminias Investment Ltd. assumiu contratualmente a obrigação de manter os "zero coupons bonds" em conta de custódia, mantendo a garantia existente desde o momento da aquisição desses títulos. O contrato reflete exatamente a vontade das partes: efetuar a cessão dos títulos, transferindo a sua titularidade, sem prejuízo das obrigações originalmente assumidas mediante terceiros. E assim foi feito.*

*O The Law Debenture Trust Corporation efetuou a transferência da titularidade dos "zero coupons bonds" e o Citibank NA foi notificado da cessão, anuindo à sua realização. A requerente solicitou ao Banco Central do Brasil a emissão de Certificado de Registro evidenciando o aumento de capital na Ciminias Investment Ltd., através da conferência dos "zeros coupons bonds". Portanto, a operação foi realizada com observância de todos os princípios legais, tendo sido aprovada pelo Banco Central do Brasil.*

*Se era permitido à requerente transferir os títulos para a Ciminias Investment Ltd., se essa cessão foi realizada de acordo com as normas legais, e se o Banco Central do Brasil*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, <u>25</u> / <u>02</u> / <u>08</u>  Maria Luzimar Novais Mat. Sig. nº 91641
---

2ª CC-MF  
FL.

*aprovou a operação, não pode a fiscalização querer desconsiderá-la, com o único objetivo de criar fundamentos para exigir tributo.*

*Os "zero coupons bonds" não são ativos financeiros de titularidade da requerente, mas parte integrante do patrimônio de sua controlada. Se os títulos não são diretamente detidos pela recorrente, não pode ser formulada exigência fiscal para cobrar tributo sobre os rendimentos diretamente produzidos por esses ativos.*

*Conforme determina o art. 110 do CTN, o conteúdo, o alcance, o conceito e as formas dos institutos de direito privado não podem ser alterados pelas autoridades fiscais na interpretação ou aplicação da lei. Justamente por esse fato, um negócio jurídico lícito e tecnicamente perfeito, do ponto de vista do direito privado, não pode ser desqualificado pelo fisco com o objetivo de dar-lhe efeito tributário diverso.*

*Está mais do que claro que a fiscalização não tem motivos fáticos ou jurídicos que permitam-lhe efetuar a desconsideração pretendida. Aliás, é importante ressaltar que a fiscalização não utilizou qualquer base legal para justificar a desconsideração pretendida. Não é de se estranhar que a fiscalização tenha agido dessa forma, tendo em vista que não há nenhum normativo permitindo que as autoridades fiscais usem sua discricionariedade para desconsiderar operações lícitas dos contribuintes.*

*Sem dúvida alguma, a tentativa de desconsideração pretendida pela fiscalização carece de motivos e de base legal, o que configura hipótese de nulidade do auto de infração, nos termos do art. 142 do CTN.*

*Nem mesmo a Lei Complementar nº 104/2001, que introduziu o parágrafo único do art. 116 do CTN, foi citado como base legal. Aliás, ainda que esse dispositivo houvesse sido mencionado, ele não poderia ser utilizado, pois versa apenas sobre simulação. Além disso, o parágrafo único do art. 116 do CTN não é um dispositivo auto-aplicável, dependendo da aprovação de lei ordinária para sua utilização, o que não ocorreu até o momento. Dessarte, a fiscalização não pode distorcer a realidade dos fatos apenas para exigir tributação. A transferência dos títulos não pode ser desconsiderada.*

*A fiscalização procedeu à apuração dos valores constitutivos da base de cálculo do PIS, declarados em DCTF, e constatou diferenças no período de apuração, ou seja, de fevereiro de 1999 a março de 2003. Por oportuno, deve-se dividir esse período em dois momentos: (i) de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, período de abrangência da Lei nº 9.718/98 e; (ii) de dezembro de 2002 a março de 2003, período em que o PIS passou a ser apurado na forma da MP nº 66/02, posteriormente convertida na Lei nº 10.637/02.*

*Quanto ao primeiro período, a fiscalização verificou diferenças entre os valores constantes de DCTF, declarados como "exigibilidade suspensa", e os valores existentes na escrituração contábil da requerente. Neste sentido, exige o pagamento do PIS exclusivamente sobre as referidas diferenças.*

*Em relação ao segundo período, a fiscalização entendeu que a requerente não tinha direito à suspensão da exigibilidade e, portanto, deveria ter efetuado o pagamento da contribuição para o PIS de acordo com as disposições da Lei nº 10.637/02. Isto porque, a liminar deferida nos autos do MS nº 2003.61.00.005954-9, determina que a autoridade fiscal deverá se abster de exigir o recolhimento da contribuição do PIS, na forma estabelecida pela MP nº 266/02 e pela Lei nº 10.637/02, a partir de 17.3.2003.*

*Ao interpretar os termos da liminar, a fiscalização entendeu que poderia efetuar autuações após 17.3.2003, desde que os valores autuados se referissem a débitos de PIS*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUENTES CONFERE COM O ORIGINAL	2º CC-MF EL.
Brasília, 25 / 02 / 08	
 Maria Luzimar Novais Mat. Sign. 91641	

*anteriores a esta data, sujeitos às disposições da Lei nº 10.637/02. Na verdade, a fiscalização fez uma interpretação distorcida da liminar, que impede qualquer autuação que tenha como base as disposições da Lei 10.637/02, ainda que os valores cobrados tenham sido originados antes de 17.3.2003.*

*As diferenças apontadas pela fiscalização referem-se a contas cujos valores não devem ser computados na base de cálculo do PIS, seja porque não constituem receitas (como as contas de variação cambial e correção monetária), seja porque não correspondem ao conceito de faturamento. Confirma-se as contas listadas pela fiscalização: Descontos Financeiros, Juros Recebidos Clientes, Juros Diversos, Juros Selic s/ Impostos, Receita Financeira – Aplicação Renda Variável, Receita Financeira – Aplicação Renda Fixa, Correção Monetária, Receitas de Aluguéis, Outras Receitas, Resultado de Swap, Juros Ganhos de Terceiros, Juros Diversos, Juros sobre Impostos, Juros de Investimentos, Outras Receitas Financeiras, Receita Financeira – Aplicação Financeira, Descontos de Fornecedores, Ganho Realizado Disponível e Títulos, Ganho Realizado Contas a Receber, Correção Monetária – Outros Ativos, Variação Cambial Ativa, Aluguel de Imóvel, Receitas Extraordinárias, Receita de Aluguel, Receita por Direito.*

*Uma das contas indicadas pela fiscalização refere-se a descontos incondicionais concedidos pelos fornecedores da requerente. A legislação do PIS é clara ao estabelecer que tais valores não integram a base de cálculo da contribuição. No caso em questão, os descontos concedidos pelos fornecedores da requerente estão demonstrados nas faturas, e não dependem de atos futuro e incerto. Portanto, são descontos incondicionais que não se incluem na base de cálculo do PIS.*

*Assim, como os lançamentos de variação cambial, os lançamentos de correção monetária não representam novos ingressos que aumentam o patrimônio líquido da empresa, mas apenas recomposição do valor dos ativos ou obrigações da requerente, tendo em vista o fenômeno da desvalorização da moeda. Nesse sentido, não se qualificam como receitas, e não compõem a base de cálculo do PIS.*

*Às fls. 724/731 discorre sobre “Ilegalidade do aumento da base de cálculo do PIS”, “Conceito de faturamento”, “Princípio da hierarquia das leis”, para concluir sobre a impossibilidade de cobrança do PIS sobre as contas acima listadas.*

*Alfim, aduz, que, a exigência de juros Selic e multa moratória de 75% é abusiva.*

*A DRJ Fortaleza manteve o lançamento (fls. 882/921) em julgado assim ementado:*

*Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins*

*Ano-calendário: 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 Ementa: Falta de Recolhimento*

*A constatação da falta de recolhimento da contribuição enseja o lançamento de ofício para a formalização de sua exigência, além da aplicação da respectiva multa e demais encargos legais.*

#### **Base de Cálculo. Exclusões**

*A contribuição para a Cofins, devida pelas pessoas jurídicas de direito privado, será calculada com base no seu faturamento, corresponde à receita bruta da pessoa jurídica. As exclusões permitidas são aquelas dispostas no § 2º do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, com as alterações da Medida Provisória nº 2.158-35.*

#### **Variações Monetárias Ativas**



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, 25 / 02 / 08 Maria L. U. Umar Novais Mat. Sijpe 91641	2º CC-MF Fl.
---	-----------------

*A partir do período de apuração de fevereiro de 1999, a Cofins incide sobre a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, nelas se incluindo as advindas de aplicações financeiras, inclusive as variações monetárias ativas e os juros ativos, uma vez que inexistente dispositivo legal que possibilite suas exclusões da base de cálculo.*

*As variações cambiais ativas de direitos e obrigações em moeda estrangeira compõem a base de cálculo da Cofins e, se tributadas pelo regime de competência, devem ser reconhecidas a cada mês, independentemente da efetiva liquidação das operações correspondentes.*

***Integralização de Capital. Contrato de Cessão***

*Comprovada a indisponibilidade do "Bem Cedido" para fins de integralização de capital, correto o procedimento fiscal que conclui pela inexistência, para fins tributários, da transferência de titularidade do mesmo.*

*Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário*

*Período de apuração: 31/03/1999 a 30/10/1999*

*Ementa: Decadência. Contribuições Sociais*

*O prazo decadencial da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins é de dez anos, contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído, conforme disposto no art. 45 da Lei nº 8.212/91.*

*Assunto: Normas de Administração Tributária*

*Ano-calendário: 1999, 2000, 2001, 2002, 2003*

***Inconstitucionalidade/Ilegalidade de Leis***

*Incabível a discussão de princípios constitucionais, ilegalidade ou inconstitucionalidade de leis e/ou atos normativos, os quais deverão ser observados pelo legislador no momento da criação da lei. Compete exclusivamente ao Poder Judiciário declarar a inconstitucionalidade/ilegalidade das leis, porque se presumem constitucionais todos os atos emanados dos Poderes Executivo e Legislativo. Assim, cabe à autoridade administrativa apenas promover a aplicação das Leis nos estritos limites de seu conteúdo*

*A DRJ em Fortaleza - CE (fls. 980/1020) manteve o lançamento em sua totalidade*

*Não resignada com a r. decisão foi interposto o presente recurso voluntário (fls. 1093/1139), no qual, em suma, a empresa repisa suas articulações impugnatórias.*

*Foram arrolados bens (fls. 1232/1234 e 1236) para recebimento e processamento deste recurso.*

*É o relatório.*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, 25, 02, 08 Maria Luzimar Novais Mat. Sijpe 91641
--

2º CC-MF  
FL.

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JORGE FREIRE

Preliminarmente deve restar assentado que a empresa tinha ação judicial no sentido de ver afastada as ampliações da base de cálculo instituída para o PIS e Cofins nos termos da Lei nº 9.178/98. Porém, em consulta a Internet, constata-se que a ação 1999.61.00.014282-4, processada junto à seção judiciária de São Paulo, transitou em julgado desfavoravelmente a recorrente. O Ministro Gilmar Mendes<sup>1</sup> não conheceu do Agravo de Instrumento contra decisão que denegara processamento ao recurso extraordinário referente àquela ação judicial, tendo a empresa ajuizado ação rescisória em 03.10.2006.

Gize-se que tal informação não foi trazida aos autos pela recorrente, o que deveria ter sido feito em nome da boa-fé que rege as relações processuais. Mas certo é que não há falar-se em simultaneidade das vias administrativa e judicial na hipótese.

Do relatado, as questões postas ao conhecimento deste Colegiado são as seguintes: 1) a decadência do PIS; 2) se as variações monetárias ativas (períodos de apuração agosto de 2001 a janeiro de 2004) e outras consideradas pelo Fisco como não declaradas em DCTF compõem ou não a base imponible daquela contribuição; 3) se os rendimentos dos "zero coupon bonds", títulos do Tesouro norte-americano, que alega a recorrente ser de titularidade de sua controlada estrangeira e que apenas registra os rendimentos daqueles títulos na condição de equivalência patrimonial; 4) se os descontos aos fornecedores e a correção monetária e a variação cambial (fl. 973) são tributáveis pelo PIS Cofins; 5) a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718 que, ao alargar, por lei ordinária, o conceito de faturamento definido na Lei Complementar 70/91, a viciaria de inconstitucionalidade, o que só seria possível após a promulgação da EC 20/98, e, por fim 6) a natureza confiscatória da multa de ofício no percentual de 75% e a suposta ilegalidade da taxa Selic como juros de mora.

#### I - DECADÊNCIA

Alega a recorrente decadência dos fatos geradores anteriores à 04.10.1999, uma vez cientificada do lançamento em 05.10.2004.

A decisão *a quo* entende que o prazo decadencial do PIS é de dez anos a partir do primeiro dia do exercício seguinte em que o crédito tributário poderia ter sido constituído, com fundamento no art. 45 da Lei nº 8.212/91.

Com a devida vênia, diverjo desse entendimento. Ocorre que dúvida não há que desde a edição da Carta Política de 1988 as contribuições sociais passaram a ser espécies tributárias<sup>2</sup>, quando passou a ser cediço que a redação do artigo 5º do CTN estava superada. Assim, desde então, adota o sistema jurídico pátrio a teoria quinária das espécies tributárias.

Sendo o PIS uma espécie de contribuição social, por conseguinte um tributo, a ela se aplica o ordenamento jurídico tributário. E o artigo 146, III, 'b', da Constituição Federal de 1988, estatui que somente lei complementar pode estabelecer norma geral em matéria tributária que verse sobre decadência.

1 DJ Nr. 53 - 18/03/2005 - Ata Nr. 32 - Relação de Recursos - Despachos dos Relatores.

2 Conforme entendimento do STF no Recurso Extraordinário 146.733, embora esse julgado seja relativo à COFINS, mas ambas espécies de contribuições sociais.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COMO ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
Maria Elizabeth Novais  
Mat. Símb. 91641

2º CC-MF  
Fl.

E para mim, estreme de dúvidas, que a matéria da decadência é norma geral de direito tributário, ao contrário da r. decisão, conforme se depreende da sua fundamentação. A consequência danosa desse entendimento é a oportunidade que se abre para que cada ente tributante possa editar leis sobre prazos decadenciais em relação aos tributos de suas competências, o que poderia levar à existência, em tese, de mais de cinco mil prazos decadenciais diferentes em relação, v.g, ao IPTU, dado o número de municípios hoje existentes. Poderia permitir, também, que o Congresso Nacional editasse tantos prazos decadencias distintos quantos fossem os tributos de competência da União. Ou seja, um verdadeiro caos, que só conduz em um sentido: a insegurança jurídica aliada à falta de racionalização do sistema tributário, já deveras complexo e inacessível ao homem médio brasileiro.

Aliomar Baleeiro<sup>3</sup> já nos ensinava que desde a Constituição Federal de 1946, o veículo das normas gerais de direito financeiro e de direito tributário são as leis complementares da União, com natureza de lei Nacional. Dizia ele que a CF prevê a edição de normas gerais que obrigam as diferentes esferas legiferantes, permitindo, assim, ao traçarem diretrizes comuns, não só o controle mais eficiente das finanças públicas como também o planejamento global para a otimização e racionalização da arrecadação tributária e dos atos financeiros estatais.

E, nesse sentido, valho-me de Eurico de Santi, que em sua obra "Decadência e Prescrição no Direito Tributário Brasileiro"<sup>4</sup>, historia o termo "normas gerais de direito financeiro", quando examina trechos do Parecer de Aliomar Baleeiro justificando a Emenda 938 e o próprio Projeto do atual CTN, fragmento que a seguir transcrevo:

*Justificação da emenda 938 ao projeto da Constituição de 1946, sobre normas gerais de direito financeiro:*

*"...visa a disciplinar uniformemente em todo o país as regras gerais sobre a formação das obrigações tributárias, prescrição, quitação, compensação, interpretação, etc evitando o pandemônio resultante de disposições diversas, não só de um estado para outro, mas até dentro do mesmo estado, conforme seja o tributo em foco. Raríssimas pessoas conhecem o Direito Fiscal positivo do Brasil, tal a Babel de Decretos-leis regulamentos colidentes, em sua orientação geral".*

....

*Em matéria financeira, nesta época de aviões, quem cortar o Brasil de norte a sul ou de leste a oeste conheça o império de mais de 2000 aparelhos fiscais, pois que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios se regem por textos diversos de direito tributário, muito embora todos eles se entronquem ou pretendam entroncar-se na Constituição Federal, como primeira fonte jurídica da imposição. Cada Estado ou Município regula diversamente os prazos de prescrição, as regras da solidariedade, o conceito de fao gerador, as bases de cálculo dos impostos que lhe forem distribuídos, etc.(grifei)*

E, adiante em sua obra, o autor paulista conclui que a edição de lei complementar em relação às normas gerais de direito tributário não maculam o pacto federativo ou a isonomia

<sup>3</sup> *Direito Tributário Brasileiro*, atualizado por Misabel Derzi – 11ª. ed, 13ª tiragem, Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 42.

<sup>4</sup> 1ª. ed. São Paulo, Max Limonad, 2000. p. 84/85.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília, 25 / 02 / 08	2º CC-MF Fl. _____
Maria Luzimar Novais Mat. Supl. 016-41	

dos entes públicos<sup>5</sup>, mas, muito pelo contrário, delimitam o pacto e racionalizam o sistema jurídico tributário nacional, evitando ao máximo possível, como diria Becker, o carnaval tributário. Assim se expressa o citado autor:

*Note-se que, com esse sentido, a expressão cunhada por ALIOMAR BALEEIRO, de que derivou a expressão normas gerais em matéria de legislação tributária, não arranha o pacto federativo, como querem aqueles que levam em consideração apenas os Incisos I e II do Art. 146. Pelo contrário, funciona, como expediente demarcador desse pacto, posto que, com sua generalidade, além de uniformizar a legislação, evitando eventuais conflitos interpretativos entre as pessoas políticas, garante o postulado da isonomia entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*

No mesmo sentido se posiciona Luciano Amaro<sup>6</sup>, quando afirma:

*É, ainda, função típica da lei complementar estabelecer normas gerais de direito tributário (art. 146, III). Em rigor, a disciplina "geral" do sistema tributário já está na Constituição; o que faz a lei complementar é, obedecido o quadro constitucional, aumentar o grau de detalhamento dos modelos de tributação criados pela Constituição Federal. Dir-se-ia que a Constituição desenha o perfil dos tributos (no que respeita à identificação de cada tipo tributário, aos limites do poder de tributar etc.) e a lei complementar adensa os traços gerais dos tributos, preparando o esboço que, finalmente, será utilizado pela lei ordinária, à qual compete instituir o tributo, na definição exaustiva de todos os traços que permitam identificá-lo na sua exata dimensão, ainda abstrata, obviamente, pois a dimensão concreta dependerá da ocorrência do fato gerador que, refletindo a imagem minudentemente desenhada na lei, dará nascimento à obrigação tributária.*

*A par desse adensamento do desenho constitucional de cada tributo, as normas gerais padronizam o regramento básico da obrigação tributária (nascimento, vicissitudes, extinção), conferindo-se, dessa forma, uniformidade ao sistema tributário nacional.*

*Ainda na vigência da Constituição anterior, discutiu-se sobre a abrangência que teria a lei complementar então prevista no art. 18, § 1º, daquela Constituição. Embora a doutrina se tenha inclinado para a identificação de três funções (estabelecer normas gerais, regular as limitações constitucionais e dispor sobre conflitos de competência), alguns juristas sustentaram haver apenas duas funções: editar normas gerais para regular as limitações e para compor conflitos" (sublinhei).*

No mesmo rumo asseverou Souto Maior Borges<sup>7</sup>, quando afirmou:

*Diversamente (em relação às normas gerais de direito financeiro), ocorre com as normas gerais de direito tributário que, materialmente e formalmente, são leis nacionais. As normas gerais de direito tributário, ex vi do art. 18, § 1º, somente podem ser instituídas por um processo formal específico: a lei complementar.*

E, por fim, conclui o mestre pernambucano:

<sup>5</sup> Essa é a fundamentação daqueles que defendem a leitura dicotômica do art. 146 da CF, como Geraldo Ataliba, Paulo de Barros Carvalho, Roque Carraza, José Roberto Vieira e Maria do Rosário Esteves.

<sup>6</sup> *Direito Tributário Brasileiro*, 7.ed., São Paulo, Saraiva, 2001, p. 165.

<sup>7</sup> In *Lei Complementar Tributária*, São Paulo, RT, 1975, p. 96/97.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo n<sup>o</sup> : 19515.002017/2004-61  
Recurso n<sup>o</sup> : 136.787  
Acórdão n<sup>o</sup> : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília. 25 / 02 / 08
Maria Luzimar Novais Mat. Siane 91641

2 <sup>a</sup> CC-MF Fl.
-----------------------------

*...o âmbito material de validade tanto da norma geral de direito tributário, quanto da norma geral de direito financeiro, e portanto os respectivos âmbitos de aplicação, transcendem o campo dos interesses exclusivos da União.*

A Constituição atual (art. 146, III, "c") procurou não deixar as dúvidas que, a nosso ver, já inexistiam no texto anterior (art. 18, § 1º), consoante demonstrara Hamilton Dias de Souza<sup>8</sup>, que assim manifestou-se:

*O objetivo (das normas gerais de direito tributário) da norma constitucional é permitir – além da regulação das limitações e conflitos de competência – que a lei de normas gerais complete a eficácia de preceitos expressos e desenvolva princípios decorrentes do sistema. Tal objetivo tem em vista a realidade brasileira, onde a multiplicidade de municípios, e mesmo de estados membros exige uma formulação jurídica global, que garanta a unidade e racionalidade do sistema”.*

Em remate, quanto a este tema, fico, consoante dizeres de Paulo de Barros Carvalho, com a “escola bem comportada do Direito Tributário brasileiro”, pois minha posição pessoal é que as hipóteses listadas nas alíneas do art. 146, III, da Carta Federal, somente podem ser veiculadas por meio de lei complementar nacional.

E hoje o CTN, ao menos em seu Livro Segundo, é lei nacional e, materialmente, lei complementar, veiculando normas sobre decadência, quer em seu art. 173, crer pela leitura feita do art. 150, § 4º, para os tributos lançados por homologação. Não vejo como não dar eficácia a norma decadencial prevista no CTN, em detrimento daquela prevista em lei ordinária, independentemente da espécie tributária que estejamos versando. Por isso minha divergência com a ínclita relatora, vez ela entender que a Lei nº 8.212/91 é que dispõe sobre a decadência das contribuições sociais.

Assim, ao PIS aplicam-se as normas sobre decadência dispostas no CTN, estatuto este recepcionado com o status de lei complementar, não podendo ser dado vazão ao entendimento de que norma mais específica mas com o status de lei ordinária possa sobrepujar o estatuído em lei complementar, conforme rege nossa Lei Fundamental.

Nesse sentido, posto que versando sobre contribuições, embora com outra destinação (o financiamento da seguridade social) o entendimento do TRF da 4ª Região, aresto<sup>9</sup>, cuja ementa abaixo transcrevo:

*“Contribuição Previdenciária. Decadência.*

*Com o advento da Constituição Federal de 1988, as contribuições previdenciárias voltaram a ter natureza jurídico-tributária, aplicando-se-lhes todos os princípios previstos na Constituição e no Código Tributário Nacional.*

*Inexistindo antecipação do pagamento de contribuições previdenciárias, o direito da Fazenda Pública onstituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Aplicação do art. 173, I, do CTN. Precedentes.”*

8 “Normas Gerais de Direito Tributário”, in Direito Tributário, São Paulo, Bushatsky, 1973, vol. 2, p.30-35.  
9 Ap. Cível 97.04.32566-5/SC. 1ª Turma, rel. Desemb. Dr. Fábio Bittecourt da Rosa.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

NF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília, 25 / 02 / 08	
Maria Luzimar Nôvais Mat. Siaz 91641	

2ª CC-MF  
Fl.

Dessarte, à matéria decadência tributária, aplica-se o CTN. Embora claudicante quanto à decadência em tributos lançados por homologação, veio recentemente a Primeira Seção do STJ posicionar-se em sentido contrário ao anteriormente, quando então entendia que "Não tendo a homologação expressa, a extinção do direito de pleitear a restituição só ocorrerá após o transcurso do prazo de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador, acrescido de mais cinco anos, contados daquela data em que se deu a homologação tácita..."<sup>10</sup>

A decisão nos Embargos de Divergência 101407/SP no Resp 1998/0088733-4, julgado em 07/04/2000, publicado no DJ de 08/05/2000 (pag. 53), relatado pelo Ministro Ari Pargendler, votado à unanimidade, ficou assim ementada:

**"TRIBUTÁRIO. DECADÊNCIA. TRIBUTOS SUJEITOS AO REGIME DO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.**

*Nos tributos sujeitos ao regime do lançamento por homologação, a decadência do direito de constituir o crédito tributário se rege pelo artigo 150, § 4º, do Código Tributário Nacional, isto é, o prazo para esse efeito será de cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador; a incidência da regra supõe, evidentemente, hipótese típica de lançamento por homologação, aquela em que ocorre o pagamento antecipado do tributo. Se o pagamento do tributo não for antecipado, já não será o caso de lançamento por homologação, hipótese em que a constituição do crédito tributário deverá observar o disposto no artigo 173, I, do Código Tributário Nacional. Embargos de divergência acolhidos."*

Como no presente caso houve antecipação de pagamento, caracterizando o lançamento por homologação, a decadência, *in casu*, rege-se pelo art. 150, § 4º, extinguindo-se após cinco anos, contados da data de ocorrência do fato gerador.

Considerando que a ciência do auto de infração deu-se em 05/10/2004, é de ser reconhecida a decadência do direito da Fazenda Nacional de constituir o crédito tributário constante deste processo em relação aos períodos de apuração fevereiro, março, abril e agosto de 1999.

## II - RECEITAS FINANCEIRAS E OUTRAS RECEITAS NÃO DECLARADAS EM DCTF (fl. 653 – Termo de Verificação Fiscal)

Nesse tópico, a empresa insurge-se contra a inclusão das receitas decorrentes de variação cambial ativa, descontos concedidos pelos fornecedores e correção monetária.

### VARIAÇÃO MONETÁRIA ATIVA

Após longa meditação, já manifestei minha posição no sentido de que ela integra a base de cálculo da Cofins uma vez incidindo a Lei nº 9.718, a partir de fevereiro de 1999.

E o fundamento é simples. O §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 aduz que "Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica". E o legislador, artigo 9º da citada Lei, conceituou "as variações monetárias dos direitos de crédito" como receita financeira. Os pressupostos para incidência do PIS e da Cofins, como costume

10 Acórdão em Embargos de Divergência em Recurso Especial 54.380-9/PE, rel. Min. Humberto Gomes de Barros, j. 30/05/95, DJU 1 07/08/95, p. 23.004.



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

2º CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
Maria Luzimar Nevais  
Mat. Sij: 91641

2º CC-MF  
Fl.

asseverar, é ser receita e própria. E este é o caso, pois a lei define que a variação monetária ativa é receita e o direito dela decorrente é da autuada.

Também nesse sentido rumou o Ato Declaratório SRF nº 73/1999, averbando que, a partir de 01/02/1999, as variações monetárias ativas, das quais as variações cambiais são espécies, deveriam ser computadas na determinação da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins, eis que representam o ingresso de receitas financeiras. O artigo único do citado ato administrativo dispõe:

*"Artigo Único. As variações monetárias ativas auferidas a partir de 1º de fevereiro de 1999 deverão ser computadas, na condição de receitas financeiras, na determinação das bases de cálculo da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS."*

Nada obstante, quanto ao momento do auferimento da referida receita, e a conseqüente incidência da norma impositiva, na espécie é por período de apuração, uma vez que a recorrente, no período sob exação, optou pela tributação no regime de competência. E aqui me valho das bem lançadas razões da decisão objurgada, quando consignou que:

*O regime de competência consiste no reconhecimento da receita da empresa no período a que a mesma se referir, independentemente de seu efetivo recebimento. Tratando-se de tributação do PIS e da Cofins, em que os fatos geradores ocorrem mensalmente, as receitas devem ser reconhecidas e tributadas em cada período mensal. Tal regime é adotado por força de determinação legal e a sua substituição só pode ocorrer no caso de haver legislação específica autorizativa. No caso das variações monetárias em função de índices e coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual não há previsão legal que permita a adoção do regime de caixa para efeitos de tributação pelo PIS e Cofins. Entretanto, algumas diferenças são observadas no tratamento fiscal dado às receitas de variação cambial, como veremos a seguir.*

*Até dezembro de 1999, o regime de competência era utilizado como regra geral de tributação pela Cofins e pelo PIS/Pasep sobre as receitas provenientes de variações monetárias, seja em função da taxa de câmbio, seja em função de outros índices aplicáveis por disposição legal ou contratual. Em relação às variações cambiais, contudo, essa regra foi alterada com a edição da Medida Provisória nº 1.858-10, de 26 de outubro de 1999, e reedições, com as alterações da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, contendo no artigo 30 a seguinte redação:*

*"Art. 30. A partir de 1º de janeiro de 2000, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte, em função da taxa de câmbio, serão consideradas, para efeito de determinação da base de cálculo do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, bem assim da determinação do lucro da exploração, quando da liquidação da correspondente operação.*

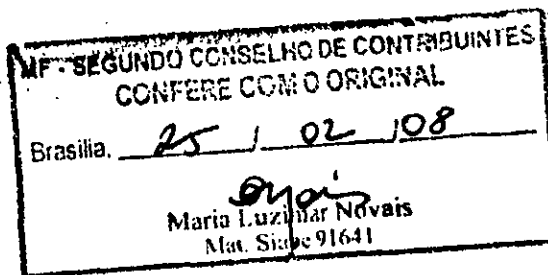
*§ 1º À opção da pessoa jurídica, as variações monetárias poderão ser consideradas na determinação da base de cálculo de todos os tributos e contribuições referidos no caput deste artigo, segundo o regime de competência.*

*§ 2º A opção prevista no § 1º aplicar-se-á a todo o ano-calendário.*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380



2º CC-MF  
Fl.

§ 3º No caso de alteração do critério de reconhecimento das variações monetárias, em anos-calendário subseqüentes, para efeito de determinação da base de cálculo dos tributos e das contribuições, serão observadas as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal." (grifos não são do original)

A partir de janeiro de 2000, portanto, por determinação legal, a regra foi alterada apenas em relação às variações monetárias em função da taxa de câmbio. A norma permitiu a apropriação das referidas receitas pelo regime de caixa, facultando à pessoa jurídica o direito de optar pelo regime de competência na determinação do IRPJ, CSLL, PIS e da Cofins, observando-se, neste caso, que a opção prevalecerá para todo o ano-calendário.

Assim, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 2000, objeto do presente lançamento, a lei facultava ao contribuinte o direito de optar pelo regime de apropriação das receitas cambiais. Conforme demonstrado, neste período a regra geral passou a ser a adoção do regime de caixa para efeito de tributação da variação cambial, podendo ser adotado o regime de competência a critério do contribuinte. Cabe ao sujeito passivo, portanto, analisar a conveniência da adoção de um ou outro regime, levando em conta os efeitos fiscais decorrentes de sua opção. (grifei)

Se por um lado a adoção do regime de competência pode representar uma desvantagem ao contribuinte para efeito de apuração da Cofins e do PIS, como alega o impugnante, por outro lado, tal sistemática pode ser mais conveniente na apuração de tributos calculados sobre o resultado como o IRPJ e a CSLL, em razão da possibilidade de considerar as despesas financeiras na determinação do lucro operacional, de acordo com os arts. 375 e 377 do RIR/99.

Se o autuado tinha o direito garantido por lei de apurar o IR, a CSLL, o PIS e a Cofins incidentes sobre as variações cambiais quando da efetiva liquidação, ou seja, pelo regime de caixa e optou pelo regime de competência, não cabe agora vir contestar a sistemática por ele mesmo escolhida, pretendendo modificar a base de cálculo utilizada no auto de infração, levantada com base nos demonstrativos e registros contábeis da empresa.

Pelo exposto conclui-se que as variações monetárias ativas verificadas na contabilidade da empresa em função da taxa de câmbio ou em função de outros índices aplicáveis, devem ser computadas de acordo com o regime de competência para fins de incidência da Cofins, seja por opção do contribuinte, no caso das variações cambiais, seja por falta de previsão legal para utilização de outro regime de apuração, no caso das variações monetárias em função de outros índices.

E não há que se falar em um terceiro regime de tributação, como nos ensina o Dr. Júlio César Alves Ramos no recurso 123.809.

Não existe, na ciência contábil, um terceiro regime segundo o qual as variações monetárias só poderiam ser tributadas quando do vencimento do direito ou obrigação, por somente aí se tornarem "certas". Tal critério, baseado em doutrina de duvidoso valor, além de não ser previsto na boa técnica contábil, carece de toda lógica. De fato, numa transação com moeda estrangeira, o único valor certo é aquele nela expresso, objeto do contrato entre as partes. O valor em moeda nacional dependerá sempre da taxa cambial. O exportador não tem como saber quantos reais receberá pela venda até que haja o efetivo pagamento e sua conversão em moeda nacional junto à Autoridade Monetária. No momento do vencimento o que se torna exigível é aquele valor em moeda



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
Maria Luíza de Novais  
Mat. Supl. 91641

2º CC-MF  
Fl.

*estrangeira.. Essa exigibilidade não é, de modo algum, garantia de recebimento e, se este não ocorre, o crédito poderá ainda tomar um novo valor, inclusive menor, por força de eventual variação na taxa de câmbio. No caso de uma venda a prazo no mercado interno não é diferente (lembrem-se a propósito os acordos entre credor e devedor que muitas vezes importam renúncia ao recebimento de uma parte do crédito já reconhecido contabilmente).*

Utilizo-me, igualmente, das duntas observações do Dr. Júlio César Ramos, no referido recurso, para refutar o argumento que se põe quanto à aplicação do princípio contábil da prudência para o reconhecimento das receitas para fins de tributação da Cofins na hipótese da tributação pelo regime de competência.

*Aqui, vale mencionar que o princípio da prudência ou conservadorismo que alguns pretendem aplicar ao caso das variações cambiais, não tem aplicação à situação abordada. Isto porque, tal princípio determina que se avaliem os itens do ativo pelo menor valor sempre que, no momento da elaboração da demonstração, haja dúvida quanto ao correto valor a considerar, ou haja mais de uma possibilidade de avaliação. Ora, na presente situação, como já se disse o valor, no momento da elaboração da demonstração é perfeitamente determinado, não cabendo igualmente dúvida de que o valor em moeda estrangeira é já de direito crédito da empresa. Logo, há de ser reconhecido em moeda nacional na exata medida determinada pelo valor daquela moeda na data de elaboração da demonstração.*

E, com efeito, não há que se falar em compensação das variações monetárias passivas, pois no caso das variações monetárias de direitos e obrigações do contribuinte, o art. 9º da Lei nº 9.718/98 não deixa antever qualquer possibilidade de que as variações monetárias passivas sejam consideradas despesas financeiras e que os ganhos sejam compensados com as perdas tributando-se apenas o ganho líquido das variações cambiais. Os ingressos positivos hão de ser tributados, ainda que haja perdas no mesmo período.

Diante dessas considerações, entendo que sobre as variações monetárias ativas, nos termos da Lei nº 9.718, incide o PIS.

### DESCONTOS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Alega a recorrente que os descontos que ela não ofereceu à tributação se referem a descontos incondicionais que ela obteve de seus fornecedores e que a "legislação da COFINS é clara ao estabelecer os descontos incondicionais concedidos não integram a base de cálculo da contribuição".

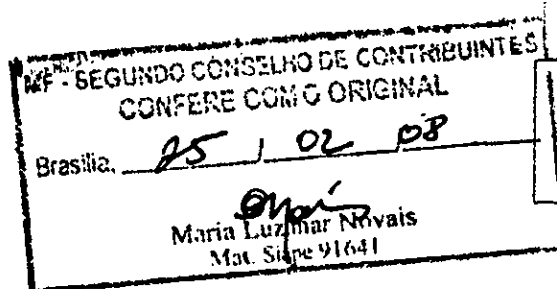
Neste tópico, sem me alongar, entendo que não há como querer caracterizar-se o valor que a empresa deixou de pagar em relação ao preço praticado pelo seu fornecedor, o desconto incondicional, como uma receita a fazer incidir sobre ela o PIS e a Cofins. A meu sentir, isso é tributar o que deixou de ser faturado e não o contrário, em afronta, inclusive, à capacidade contributiva do contribuinte. Até aí, como a devida vênia, não foi a ampliação da base impositiva daquelas contribuições sociais feita pela Lei nº 9.718/98.

A recorrente argúi que a correção monetária, assim como a variação cambial, não representa novo ingresso que aumentem o patrimônio líquido da empresa. Parte a empresa do raciocínio que só é receita para fins tributáveis aquela que represente novo ingresso e que dele decorra aumento de seu patrimônio. Esse raciocínio se ancora no esforço doutrinário que vem



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380



2º CC-MF  
FI.

sendo feito para dar os contornos legais ao conceito de receita. Não entro nesse mérito, até porque entendo que certos valores que entram na empresa e causam acréscimos patrimoniais não se caracterizam como receita tributável do PIS, mas não pode ser feita essa analogia entre variação monetária ativa, que o legislador às expensas definiu como receita financeira, e a correção monetária.

A inclusão da variação cambial como receita financeira já foi analisada acima. Contudo, entendo com razão a recorrente no sentido de que os valores correspondentes à correção monetária, que não representam qualquer nova aquisição de renda, mas mera recomposição da perda do valor de compra da moeda, não são valores que possam ser juridicamente caracterizados como receita financeira e, muito menos, como faturamento.

Ao meu sentir a correção monetária se caracteriza como mera recomposição patrimonial e não ensejar sua tributação nos termos da Lei nº 9.718.

Dessarte, dou provimento ao recurso para que os valores correspondentes às contas 907020 (fevereiro de 1999 a julho de 2001) e 45403240 (agosto de 2001 a janeiro de 2004) sejam excluídos da base impositiva do presente lançamento.

### III - RENDIMENTOS DE INVESTIMENTO NO EXTERIOR

Nesse tópico, afirma a empresa, em síntese, que o lançamento “careceria de fundamentos jurídicos para desconsiderar negócios efetuados pela recorrente, de forma a tributar os rendimentos de bens de titularidade de sociedade estrangeira”, centrando sua defesa no fato de que a titular dos títulos “zero coupon bonds” é a empresa estrangeira Ciminias Investment Ltda.

A decisão recorrida foi de excelente fundamento nesse item, e, por tal, adoto como minhas suas razões de decidir, assim versadas:

*Conforme visto no relatório o contribuinte celebrou em 25/07/1989 contrato de empréstimo em moeda estrangeira, junto ao Citibank NA – Londres, mediante lançamento público de “notas colateralizadas” no mercado internacional, a serem cotadas em Bolsa de Valores, no valor de US\$ 100.000.000,00, com vencimento do principal em 16/08/2004, conforme Certificado nº 141/25093 – Registro de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil de 21/12/1989 e Contratos de Agenciamento, Custódia e Escritura de Fideicomisso.*

*Também, em 25/07/1989, o contribuinte pagou ao Citibank NA – Londres o montante de US\$ 28.611.531,38 para aquisição de Obrigações do Tesouro Americano em forma de “Strips”, que no vencimento, em 15/08/2004, teriam o valor de US\$ 100.000.000,00. Os Títulos do Tesouro Americano foram creditados em conta de custódia em nome do contribuinte.*

*Por outro lado, através de Escritura de Fideicomisso, celebrada com The Law Debenture Trust Corporation, todos os direitos dos Títulos do Tesouro Americano, mantidos em conta de custódia, foram cedidos ao fiduciário, como garantia ao pagamento de principal e prêmio das “Notas Colateralizadas” emitidas no exterior.*

*A Escritura de Fideicomisso, entre o contribuinte e The Law Debenture Trust Corporation, regulamenta a criação e emissão de títulos no valor de US\$ 100.000.000,00 à taxas flutuantes, sendo oferecidos como garantia aos títulos emitidos os Títulos do Tesouro dos Estados Unidos, adquiridos e mantidos em conta de custódia.*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo n<sup>o</sup> : 19515.002017/2004-61  
Recurso n<sup>o</sup> : 136.787  
Acórdão n<sup>o</sup> : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
Maria Luzimar Novais  
M.A. S/A 91641

2<sup>a</sup> CC-MF  
Fl.

Às fls. 56/58 o contribuinte informa em relação ao empréstimo supracitado que foram disponibilizados recursos equivalentes a US\$ 100.000.000,00 com a emissão de títulos no mercado internacional – “Floating Rate Notes”, os quais tiveram a seguinte destinação:

US\$ 29.611.531,38 para aquisição, com deságio, de títulos do governo norte-americano – “Zero Coupon Bonds”, com valor de face de US\$ 100.000.000,00 e vencimento em 15 (quinze) anos, com taxa de juros embutida de aproximadamente 8,4% ao ano;

US\$ 70.388.468,62 foram utilizados para a aquisição de Multi-year Deposit Facility Agreement – “DFAs” que foram resgatados com o desconto de 34,06% estabelecido pelo Banco Central do Brasil, sendo que os recursos em moeda nacional recebidos nessa operação foram depositados no regime da Resolução 432/77, para a efetiva quitação do empréstimo contratado pela empresa com a “International Finance Corporation – “IFC” em 1981.

O Contrato de Subscrição entre o contribuinte e o Citicorp Investment Bank Limited foi celebrado em conexão com uma emissão de US\$ 100.000.000,00 em Títulos Garantidos à Taxa Flutuante com vencimentos para o ano de 2.004; sendo que os Títulos seriam constituídos e garantidos por uma Escritura de Fideicomisso celebrada entre o contribuinte e The Law Debenture Trust Corporation p.l.c.

No Contrato de Subscrição, datado de 25/07/1989, firmado entre o contribuinte e Citicorp Investment Bank Limited, celebrado em conexão com uma emissão de US\$ 100.000.000,00 em Títulos Garantidos à Taxa Flutuante com vencimentos para o ano de 2004, constam as seguintes cláusulas:

- “Os Títulos serão constituídos e garantidos por uma escritura de fideicomisso (a “Escritura de Fideicomisso”) a ser celebrada em ou previamente à Data de Fechamento (conforme doravante definida) entre o Emissor e The Law Debenture Trust Corporation p.l.c., como fiduciário para os portadores dos Títulos (o “Fiduciário”), uma minuta da qual acha-se na Forma Acordada, e será substancialmente na forma prevista no Primeiro Demonstrativo da Escritura de Fideicomisso.” (fls. 61v e 62)

- Ficou acordado que “...os Títulos constituirão obrigações válidas e legalmente obrigatórias do Emissor, executáveis de acordo com os termos das mesmas, e as obrigações do Emissor sob os mesmos constituirão obrigações diretas, incondicionais e garantidas do Emissor, classificando-se sem qualquer preferência entre as outras suas obrigações;” (fls. 65)

- “... e a Escritura de Fideicomisso constituirá uma cessão perfeita e legalmente válida e obrigatória (por via de garantia), executável contra o Emissor e seus credores, de todos os direitos do Emissor sob o Contrato de Custódia e de todos os direitos, propriedades e participações do Emissor, nas e em todas as quantias pagas com respeito aos STRIPS;” (fls. 65v);

“Os Títulos não foram, e não serão, registrados sob a Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1933 (...) e não poderão, como parte da distribuição dos mesmos, serem ofertados, vendidos ou entregues, diretamente ou indiretamente, nos Estados Unidos ou para qualquer Pessoa Norte-Americana”. (fls. 76)

No Contrato de Custódia, datado de 25 de julho de 1989, firmado entre Citibank, N.A (Custodiador) e a Holcim Brasil S/A (Emissor), estão dispostas as seguintes cláusulas:

“© Em consideração de um pagamento de US\$ 28,611,531.38 efetuado para ou por conta do Emissor, o Custodiador estabeleceu em sua Agência de Londres uma conta de



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília, 25 / 02 / 08	2º CC-MF
Marta Luíza Amar Novais Mat. Slapc 91641	

custódia (a "Conta de Custódia"), em nome do Emissor, a qual foi creditada em US\$ 100,000,000 no global em valores de Títulos do Tesouro dos Estados Unidos, valor nominal, na forma de "STRIPS", com vencimentos em 15 de agosto de 2.004 (os "STRIPS")." (fls. 234)

"(E) O Emissor pretende ceder, de conformidade com a Escritura de Fideicomisso, o benefício deste Contrato ao Fiduciário, como garantia para as Obrigações do Emissor de efetuar pagamentos de principal e prêmio (se houver) com respeito aos Títulos." (fls. 234)

"2.3 O Custodiador e o Emissor concordam em manter a Conta de Custódia, e a fazer com que os STRIPS permaneçam creditados na Conta de Custódia, até o vencimento dos Títulos, ressalvado que, no evento de que todos ou quaisquer dos Títulos falhem em ser resgatados previamente ao vencimento programado, os STRIPS ou uma proporção rateável do mesmo possam, sujeito à anuência prévia por escrito do Fiduciário, ser debitados da Conta de Custódia e vendidos ou transferidos, conforme instruído por escrito pelo Emissor." (fls. 235)

Na Escritura de Fideicomisso, celebrada aos 25/07/1989, firmada entre o contribuinte e The Law Debenture Trust Corporation p.l.c., constituindo US\$ 100,000,000 Títulos Garantidos à Taxa Flutuante com vencimentos para o ano de 2004, constam as seguintes informações:

"STRIPS Onerados" significam os direitos do Emissor em US\$ 100,000,000 em quantia nominal global de Títulos do Tesouro dos Estados Unidos na forma de "STRIPS" com vencimento aos 15 de agosto do ano 2.004 mantidos pelo Custodiador em uma conta de custódia, de conformidade com as disposições do Contrato de Custódia;" (fls. 84)

"Contrato de Custódia" significa um contrato datado de 25 de julho de 1989 entre o Emissor e o Custodiador, estipulando uma conta de custódia para os STRIPS Onerados por conta do Emissor;" (fls. 84v)

"Custodiador dos Títulos" significa Citibank, N.A em seu escritório em 336 Strand, Londres, WC2R 1HB como custodiador sob o Contrato de Custódia datado de 25 de julho de 1989 entre o Custodiador dos Títulos e o Fiduciário ou tal outro custodiador conforme periodicamente seja nomeado pelo fiduciário;" (fls. 85v)

"Os Títulos inicialmente serão representados por um Título Global na quantia principal de US\$ 100,000,000 que o Emissor emitirá para o Custodiador do Título sob os termos de que o Custodiador do Título detenha o mesmo por conta das pessoas que de outra maneira tenham direito de receber os Títulos Definitivos e os sucessores legais de tais pessoas conforme constem nos registros do Custodiador do Título eventualmente." (fls. 93v)

"4. (A) O Emissor como proprietário beneficiário pela presente cede ao Fiduciário todos os direitos do Emissor sob o Contrato de Custódia junto com todos os direitos, propriedade e participação do Emissor nas e em todas as somas pagas aos STRIPS Onerados, detendo os mesmos para o Fiduciário absolutamente sujeito somente às disposições contidas na sub-cláusula (B) desta Cláusula 4." (fls. 94 e 94v)

"(B) Se o Emissor pagar todas as somas devidas e tornando-se devidas para o Fiduciário com respeito ao principal e qualquer prêmio dos Títulos e todos os custos, taxas e despesas incorridas pelo e qualquer remuneração devida para o Fiduciário ou qualquer recebedor com relação à presente, o Fiduciário, à pedido e custo do Emissor, re-cederá



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES		
CONFERE COM O ORIGINAL		
Brasília.	25 / 02 / 08	2º CC-MF
Maria Luzimar Novais		Fl.
Mat. SIA: 91641		

*para o Emissor todos os direitos, propriedade e participação cedidos no presente instrumento, na extensão em que os mesmos ainda sejam detidos pelo Fiduciário." (fls. 94v)*

*"Disposições em favor do Fiduciário com relação aos STRIPS Onerados*

*19. (A) O Fiduciário aceitará, sem investigação, requisição ou objeção, tais direitos, propriedades e participações, conforme o Emissor possa ter nos ou sob os STRIPS Onerados e não será responsável ou interessado em examinar ou inquirir ou obrigado por qualquer defeito ou falha nos direitos, propriedades ou participações do Emissor nos ou sob os STRIPS Onerados ..." (fls. 120)*

*"Sob a Escritura de Fideicomisso, o Emissor cedeu para o Fiduciário, por via de garantia pelas obrigações do Emissor sob a Escritura de Fideicomisso e com respeito ao principal dos Títulos e quaisquer prêmios sobre os mesmos (mas não com respeito à quaisquer juros pagáveis sobre os mesmos ou com respeito aos mesmos), todos os direitos do Emissor sob um Contrato de Custódia (o "Contrato de Custódia") datado de 25 de julho de 1989 e celebrado entre Citibank, N.A (o "Custodiador"...), e o Emissor ..." (fls. 133v e 134)*

*"Os STRIPS Onerados acham-se registrados em nome do Custodiador mas foram creditados em uma conta de custódia estabelecida em nome do Emissor pelo Custodiador, em sua Agência de Londres." (fls. 134)*

*Pelos trechos dos contratos acima transcritos conclui-se que:*

*Holcim Brasil S/A (Emissor) firmou com Citibank, N.A (Custodiador), Contrato de Custódia datado de 25 de julho de 1989, relativo à uma emissão de US\$ 100.000.000,00 de Títulos Garantidos à Taxa Flutuante, com vencimentos para o ano de 2004;*

*Em conformidade com uma Escritura de Fideicomisso datada de 25 de julho de 1989, a Holcim Brasil S/A (Emissor) cedeu para The Law Debenture Trust Corporation p.l.c. (Cessionário) todos os direitos e benefícios que o Emissor possui contra o Custodiador sob o Contrato de Custódia.*

*Dessarte, conclui-se que parte dos recursos provenientes do empréstimo de US\$ 100.000.000,00 foi destinada à aplicação financeira no valor de US\$ 28.611.531,38, dada em garantia de empréstimo captado no exterior, conforme Contrato de Custódia. E mais, os direitos e benefícios relativos a esses Títulos do Tesouro Americano - "Zero Coupons Bonds", mantidos em conta de custódia, foram cedidos para The Law Debenture Trust Corporation p.l.c., em 25/07/1989.*

*No entanto, o contribuinte, em 20/09/1994, através de seus representantes legais, conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração - Registro JUCESP 143.410/94-5, aprovou a proposta de participação societária, na CIMINAS INVESTMENT LTD, empresa sediada nas Ilhas Cayman, British West Indies, sendo deliberado que a integralização no capital social da empresa seria feita mediante a transferência de propriedade dos Títulos do Tesouro Americano - "Zero Coupons Bonds", mantidos em conta de custódia, e cedidos ao The Law Debenture Trust Corporation p.l.c., avaliados à época em US\$ 45.013.352,36. Ou seja, foram cedidos os mesmos Títulos vinculados ao empréstimo junto ao Citibank NA-Londres, e já anteriormente cedidos ao The Law Debenture Trust Corporation p.l.c.*

*A Ciminias Investment Ltd, foi constituída em 15/09/1994, com capital social de US\$ 50.000,00 conforme estatuto social, tendo objetos irrestritos, dentre os quais:*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo n<sup>o</sup> : 19515.002017/2004-61  
Recurso n<sup>o</sup> : 136.787  
Acórdão n<sup>o</sup> : 204-02.380

2 <sup>a</sup> F. - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília	15 / 02 / 08
Maria Luzimar Novais Mat. S/ape 91641	
2 <sup>o</sup> CC-MF Fl.	

*conduzir os negócios de uma empresa de investimento e atuar como promotores e empreendedores e conduzir negócios como financiadores, capitalistas, concessionários, mercados, corretores, comerciantes, negociantes, agentes, importadores e exportadores e compromissar e conduzir e celebrar todo tipo de investimentos e operações financeiras, comerciais, mercantis, de negócios e outras;*

*conduzir o negócio de corretores imobiliários, desenvolvedores, consultores, agentes ou gerentes patrimoniais, construtores, empreiteiros, engenheiros, fabricantes, negociantes ou fornecedores de todo tipo de bens, incluindo serviços;*

*transacionar com bens reais e pessoais e direitos de todos os tipos e, em especial, hipotecas, debêntures, rendimentos, concessões, opções, contratos, patentes, anuidades, licenças, quotas, ações, títulos de dívida, apólices, dívidas contábeis, assuntos empresariais, compromissos, demandas, privilégios e coisas sob litígio de todos os tipos;*

*realizar ou conduzir qualquer outro tipo legal de comércio, negócio ou empreendimento,*  
....

*Em 30/09/1994, conforme Contrato de Cessão e Notificação de Cessão a Holcim Brasil S/A, cedeu à Ciminias Investment Ltd, todos os seus direitos de titularidade e interesse em todas as importâncias pagas em relação aos Títulos do Tesouro Americano, que na data tiveram um valor acumulado de US\$ 45.013.352,36, ressaltando que os interesses e os benefícios do The Law Debenture Trust Corporation - o Agente Fiduciário, permaneceriam não afetados pela cessão de direitos.*

*Para a integralização do capital, ficou decidido em Ata de Reunião do Conselho de Administração da Ciminias Investment Ltd de 28/09/1994, que era intenção de todos que os resultados dos Títulos do Tesouro Americano, seriam necessários ou utilizados para realizar os pagamentos devidos sobre as Notas Colateralizadas da Holcim Brasil S/A, mantidas as garantias em favor do fiduciário.*

*Ora, o que se vê dos Contratos de Cessão celebrados pela Holcim Brasil S/A é que:*

*conforme Escritura de Fideicomisso de 25/07/1989 a Holcim Brasil S/A na qualidade de nu proprietária cedeu ao The Law Debenture Trust Corporation p.l.c, como garantia dos Títulos, todos os direitos da Cedente segundo o Contrato de Custódia juntamente com o direito, titularidade e interesse da Cedente em e a todas as importâncias pagas em relação aos STRIPS Onerados;*

*de acordo com o Contrato de Cessão formalizado em 30/09/1994 a Holcim Brasil S/A obrigou-se a ceder à Ciminias Investment Ltd. todos os seus direitos decorrentes do Contrato de Custódia juntamente com todo o direito, titularidade e interesse da Cedente em e a todas as importâncias pagas em relação aos STRIPS Onerados, que na data da cessão tiveram um valor acumulado de US\$ 45.013.352,36 (esses direitos cedidos constituindo o "Bem Cedido"), em contraprestação à atribuição e ao registro pela Cessionária à Cedente das Ações.*

*No Contrato de Cessão celebrado aos 30/09/1994 constam os seguintes dispositivos:*

*- A Cedente neste ato cede e transfere, sujeito à Garantia do The Law Debenture Trust Corporation p.l.c, à Cessionária todos os seus direitos no Bem Cedido em contraprestação à atribuição e emissão das Ações à Cedente, e ao registro das Ações em nome da Cedente. Para evitar dúvidas, fica pelo presente avençado e reconhecido pela Cedente e pela Cessionária que os direitos, titularidade, interesse e benefícios do The*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo n<sup>o</sup> : 19515.002017/2004-61  
Recurso n<sup>o</sup> : 136.787  
Acórdão n<sup>o</sup> : 204-02.380

WF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUENTES CONFERE COMO ORIGINAL Brasília, 25 / 02 / 08 Maria Luzina Nofais Mat. S/ape 1641	2 <sup>a</sup> CC-MF Fl.
---	-----------------------------

*Law Debenture Trust Corporation p.l.c permanecem não afetados pela cessão do Bem Cedido efetuada pelas disposições anteriores desta Cláusula 2 e que as disposições do Contrato de Custódia, inclusive, entre outras, aquelas disposições que exigem o pagamento ao The Law Debenture Trust Corporation p.l.c pelo Custodiante nos termos da Cláusula 2.1 do Contrato de Custódia, permanecem em pleno vigor e efeito;*

*- Na data do contrato, sujeito à Garantia do The Law Debenture Trust Corporation p.l.c, a Cedente faz jus como usufrutuária ao Bem Cedido e, salvo melhor juízo da mesma, nenhuma outra pessoa, exceto o The Law Debenture Trust Corporation p.l.c, na medida da Garantia do The Law Debenture Trust Corporation p.l.c, faz jus ao mesmo;*

*- A Cessionária é uma subsidiária integral da Cedente;*

*- A Cedente assegurará que a Cessionária não venha em qualquer ocasião a criar ou permitir qualquer ônus sobre ou venha a vender, locar, transferir ou de outra maneira alienar a totalidade ou qualquer parte do Bem Cedido;*

*- A Cessionária, avença que, sem o prévio consentimento do The Law Debenture Trust Corporation p.l.c, não criará ou permitirá qualquer ônus (a não ser a Garantia do The Law Debenture Trust Corporation p.l.c) sobre a totalidade ou qualquer parte do Bem Cedido;*

*- A Cessionária, avença que, sem o prévio consentimento do The Law Debenture Trust Corporation p.l.c, não venderá, locará, transferirá ou de outra maneira alienará a totalidade ou qualquer parte do Bem Cedido;*

*- A Cessionária, avença que, sem o prévio consentimento do The Law Debenture Trust Corporation p.l.c, não realizará negócios ou dedicar-se-á a qualquer atividade que seja inconsistente com ou possa afetar de qualquer modo o exercício de quaisquer direitos e interesses ou o cumprimento de quaisquer obrigações decorrentes da propriedade do Bem Cedido;*

*- A Cessionária, avença que, sem o prévio consentimento do The Law Debenture Trust Corporation p.l.c, não pagará qualquer dividendo oriundo ou relativo ao Bem Cedido ou quaisquer quantias feitas ou recebidas quanto ao mesmo ou fará qualquer outra distribuição a seus membros;*

*- A Cessionária, avença que, sem o prévio consentimento do The Law Debenture Trust Corporation p.l.c, não alterará, obterá ou consentirá com qualquer rescisão, mudança, alteração ou modificação dos termos do Contrato de Custódia.*

*Em resumo, o que se vê das operações realizadas pela Holcim Brasil S/A é que esta tomou empréstimo no exterior, sob condição de emissão de "Notas Colateralizadas"; tendo ao mesmo tempo aplicado, em Títulos do Tesouro Americano - "Zero Coupons Bonds", parte dos recursos disponibilizados por referido negócio.*

*Por outro lado, a aplicação financeira ficou "custodiada" para segurança do empréstimo obtido pela Holcim Brasil S/A., sendo cedidos ao The Law Debenture Trust Corporation p.l.c todos os direitos sobre os Títulos do Tesouro Americano, mantidos em conta de custódia, a fim de garantir o pagamento de principal e prêmio das "Notas Colateralizadas" emitidas no exterior.*

*Pela análise dos diversos contratos anexados aos autos, verifica-se que a Holcim Brasil S/A, na realidade, em 1994, não dispunha de liberdade para negociar os Títulos do*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

2º - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 25 / 02 / 08  
Maria Luzimar Nôvais  
Mat. Sijar 91641

2º CC-MF  
Fl.

*Tesouro Americano – “Zero Coupons Bonds”, mantidos em conta de custódia, já cedidos em 1989 para o Agente Fiduciário, The Law Debenture Trust Corporation p.l.c.*

*Também, resta bem claro, pelas Cláusulas do Contrato de Cessão, celebrado em 1994 entre a Holcim Brasil S/A e a Ciminias Investment Ltd, que a Cessionária “receberia o Bem Cedido”, que, ressalte-se, todos os direitos sobre este já estavam cedidos desde 1989, não sendo a esta disponibilizada qualquer liberdade negocial em relação a referido bem que estava, de maneira formal, integrando o seu patrimônio.*

*Ora, as Cláusulas relativas às “Obrigações de Não Fazer” constantes do Contrato de Cessão demonstram, de forma cabal, serem corretas as conclusões a que chegou a autoridade fiscal. Com efeito, observa-se que nenhuma disponibilização sobre o “Bem Cedido” foi outorgada à Cessionária. Então, pergunta-se, o que na realidade foi cedido à Ciminias Investment Ltd, haja vista que esta encontrava-se impedida de todo ato negocial em relação ao bem?*

*Na verdade o que o Contrato de Cessão, formalizado em 1994, registra, é um amontoado de impedimentos. Impedimentos da Cedente e da nova Cessionária. Dessarte, como se concluir pela efetivação da integralização de capital, para efeitos tributários, se as duas, Holcim Brasil S/A e Ciminias Investment Ltd, assumem de forma conjunta um acumulado de impedimentos?. Qual, na realidade, foi a tradição que ocorreu?*

*Com o Termo de Verificação – Rendimentos no Exterior, fls. 643/649 a autoridade fiscal, ainda, esclarece, que:*

*“A partir desta data a empresa Ciminias S/A – atual Holcim Brasil S/A - passou a ser subsidiária integral da Ciminias Investment Ltd, com a integralização do capital social de US\$ 45.013.352,36, e os resultados obtidos dos Títulos do Tesouro Americano – “Zero Coupons Bonds” passaram a ser reconhecidos junto à Ciminias Investment Ltd e avaliados pela subsidiária integral, Holcim Brasil S/A, através da equivalência patrimonial.*

*Os balanços apresentados da Ciminias Investment Ltd, dos períodos encerrados em 31/12/1998 até 31/12/2002, (transcritos no Livro Diário, da Holcim Brasil S/A, a partir do ano-calendário de 2000) não registram quaisquer outras atividades desenvolvidas pela empresa.*

*Intimada a apresentar a documentação comprobatória da regularidade e autorização do Banco Central do Brasil, quanto ao capital subscrito junto à Ciminias Investmen. Ltd, pela Holcim Brasil S/A, no valor de US\$ 45.013.352,37, a empresa limitou-se a apresentar o contrato de câmbio de compra - Tipo 03 - Operação 65856 - Capitais Estrangeiros de Longo Prazo - Títulos Mobiliários Estrangeiros - Notes, Nr. 97/022627 de 19/08/97, parte das exigências, para a implementação do registro do investimento, conforme atesta a correspondência do Banco Central do Brasil de 30/06/1997.*

*Apresentou também, cópia de correspondência ao REFIR/Subdivisão do Acompanhamento e Controle da Delegacia Regional em São Paulo, do Banco Central do Brasil, esclarecendo os critérios para a “operação simultânea e simbólica de câmbio”, na data da liquidação dos títulos, em 16/08/2004.*

*Reiterada a solicitação para comprovação da regularidade do registro junto ao Banco Central do Brasil, deixou de apresentar quaisquer esclarecimentos complementares.*

*Conforme Aditivo 03 (10/10/1997), ao Certificado de Registro do Banco Central do Brasil, 141/25093, de 21/12/1989, documentos anteriormente apresentados, o qual altera*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo n<sup>o</sup> : 19515.002017/2004-61  
Recurso n<sup>o</sup> : 136.787  
Acórdão n<sup>o</sup> : 204-02.380

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES	
CONFERE COM O ORIGINAL	
Brasília, 25 / 02 / 08	
Maria Luzimar Novais Mat. Siapc 91641	

2<sup>o</sup> CC-MF  
Fl.

*as condições de liquidação do principal devido ao Citibank NA - Londres, consta a título de condições de pagamento do empréstimo, em uma única parcela em 16/08/2004, o ingresso concomitante no país de US\$ 45.013.352,36, valor líquido de resgate de "Zero Coupon Bonds".*

*De todo o exposto, concluo que a cessão de direitos, objeto de integralização de capital, não tem o condão de gerar efeitos tributários no Brasil. Não há a menor logicidade na integralização de capital efetuada pelo contribuinte, a não ser o claro intuito de fugir da tributação no Brasil. Desse modo, concordo com o autuante quando este afirma que o negócio praticado pelo fiscalizado - Contrato de Cessão de 1994 - "teve como finalidade, apenas designar um representante legal no exterior, para gerir e administrar o ativo financeiro e eventualmente conduzir litígios, já que os resultados provenientes dos Títulos, mantidas as garantias em favor do Fiduciário, deveriam ser utilizados para pagamentos devidos sobre as Notas Colateralizadas, junto ao Citibank NA".*

*Essa conclusão é ratificada pelo teor da Ata de Reunião do Conselho de Administração da Ciminas Investment Ltd de 28/09/1994, quando fica decidido e registrado que os resultados dos Títulos do Tesouro Americano seriam utilizados para realizar os pagamentos devidos sobre as Notas Colateralizadas da Holcim Brasil S/A, mantidas as garantias em favor do fiduciário. Ora, resta patente que os resultados obtidos com os Títulos do Tesouro Americano sempre foram revestidos em favor da Holcim Brasil S/A*

*Desta forma, para efeitos tributários, mister ser destacado que restou minudentemente circunstanciado que a efetiva titularidade dos Títulos do Tesouro Americano - "Zero Coupons Bonds" é da empresa Holcim Brasil S/A, e, que, o negócio jurídico compactuado através do Contrato de Cessão, em 1994, teve a intenção do contribuinte de se esquivar da apuração de resultados tributáveis, pela legislação do Imposto de Renda e Contribuições Sociais.*

*Ou seja, para a empresa Holcim Brasil S/A as despesas financeiras - juros incorridos e variação cambial - decorrentes do empréstimo de US\$ 100.000.000,00 foram devidamente contabilizadas. Por outro lado, parte do empréstimo foi aplicada e os rendimentos resultantes desta aplicação, bem como as variações cambiais ativas, não foram oferecidos à tributação, dada a celebração de Contrato de Cessão formalizada entre o contribuinte e a Ciminas Investment Ltd, cessão, que, reiterar-se, não gerou qualquer benefício para a Cessionária, haja vista que esta não poderia dispor do "Bem Cedido".*

*Não se tratou no curso da fiscalização de se desconsiderar o negócio jurídico realizado, no exterior, pela Holcim Brasil S/A, apenas não se lhe deu relevância para efeitos tributários no Brasil, pelos motivos de fato acima exaustivamente detalhados. Ocorre que o contribuinte não logrou demonstrar a efetiva tradição do "Bem Cedido". O que se discute, na prática, é a efetividade desta tradição.*

*Dessarte, para fins tributários, considero que os Títulos do Tesouro Americano - "Zero Coupons Bonds" são ativos financeiros de titularidade da empresa Holcim Brasil S/A, devendo incidir PIS e Cofins sobre os rendimentos produzidos por esses ativos, bem como sobre a variação cambial ativa porventura produzida por esses.*

Com arrimo nesses fundamentos, entendo que deva ser mantido o lançamento quanto aos referidos rendimentos dos zero coupon bonds.

IV - A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 9.178



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 19515.002017/2004-61  
Recurso nº : 136.787  
Acórdão nº : 204-02.380

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COMO ORIGINAL  
Brasília, 25, 02, 08  
Maria Luíza Novaes  
Mat. Sijpe 0641

2º CC-MF  
Fl.

Cedição no âmbito dos Conselhos de Contribuintes que lhes falece competência, assim como a todos os órgãos administrativos julgadores partícipes do procedimento do Decreto 70.235/72, para se manifestarem acerca da constitucionalidade de norma válida, vigente e eficaz, afastando sua incidência nos casos sob sua análise. Mormente quando a matéria já foi definida, como no caso da recorrente, pelo Poder Judiciário, conforme mencionado no início do voto.

#### V - MULTA CONFISCATÓRIA E A LEGALIDADE DA TAXA SELIC

Também há de se refutada à alegada confiscatoriedade da multa aplicada. Primeiro porque descabe à Administração adentrar no mérito da constitucionalidade de determinada norma em plena vigência, como dito alhures. E, segundo, porque a norma constitucional que a recorrente aponta como afrontada não se refere à penalidade quando diz respeito ao confisco, mas sim a tributo, e não precisamos nos alongar para concluir que a multa de ofício aplicada não tem natureza de tributo.

No que tange à argüição da ilegalidade da utilização da taxa SELIC como juros moratórios e limitação dos juros à taxa de 1% ao mês, também é de ser rechaçada. À Administração em sua faceta autocontroladora da legalidade dos atos por si emanados os confronta unicamente com a lei, caso contrário estaria imiscuindo-se em área de competência do Poder Legislativo, o que é até mesmo despropositado com o sistema de independência dos poderes.

Portanto, ao Fisco, no exercício de suas competências institucionais, é vedado perquerir se determinada lei padece de algum vício formal ou mesmo material. Sua obrigação é aplicar a lei vigente. E a taxa de juros remuneratórios de créditos tributários pagos fora dos prazos legais de vencimento foi determinada pelo artigo 13 da Lei 9.065/95. Sendo assim, é transparente ao Fisco a forma de cálculo da taxa que o legislador, no pleno exercício de sua competência, determinou que fosse utilizada como juros de mora em relação aos créditos tributários da União.

Dessarte, a aplicação da taxa Selic com base no citado diploma legal, combinado com o art. 161, § 1º do Código Tributário Nacional, não padece de qualquer coima de ilegalidade.

#### CONCLUSÃO

Ante todos o exposto, DOU PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO PARA:

- 1) DECLARAR A DECADÊNCIA DO LANÇAMENTO EM RELAÇÃO AOS PERÍODOS DE APURAÇÃO FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL E AGOSTO DE 1999, E
- 2) EXCLUIR DA BASE TRIBUTÁVEL OS VALORES REFERENTES À CORREÇÃO MONETÁRIA (correspondentes às contas 907020 - fevereiro de 1999 a julho de 2001 - e 45403240 - agosto de 2001 a janeiro de 2004) E AOS DESCONTOS INCONDICIONAIS.

É como voto.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2007.

  
JORGE FREIRE